

DO MOVENTE AO TERMO: CAUSALIDADE E EVIDÊNCIA NA *NOTITIA INTUITIVA DE RE NON EXISTENTE*

Carlos Eduardo de Oliveira
Universidade de São Paulo

Resumo: Retomando alguns dos principais estudos sobre o conhecimento intuitivo do não existente em Guilherme de Ockham, pretendemos mostrar tanto alguns equívocos do que ficou estabelecido como a atual interpretação do problema, como também oferecer uma nova análise que enfatiza os vínculos entre os conceitos de evidência e de causalidade na argumentação ockhamiana. Fundamentando nossa exposição, estará a análise de pequenos trechos dos textos de alguns dos principais debatedores e intérpretes medievais do texto ockhamiano quanto a esse tema, como Walter Chatton, Adão de Wodeham e Gabriel Biel, os quais nos pareceram essenciais para uma boa compreensão da própria posição ockhamiana.

Palavras-chave: Guilherme de Ockham, causalidade, notícia intuitiva e abstrativa, notícia evidente, notícia intuitiva da coisa não existente.

Abstract: Turning back to some of the main studies on William of Ockham's Intuitive Cognition of non-existents, I aim to show what could be some misconceptions on what has been established as the current interpretation of the question, and also to present a new analysis emphasizing the connections between the concepts of evidence and causality in Ockham's arguments. Fundamental to my exposition will be the presentation of short excerpts from the texts of some of the major medieval contenders and interpreters of Ockham's Opera on this subject, such as Walter Chatton, Adam of Wodeham and Gabriel Biel, what seemed to be, in my view, an imperative expedient for a good understanding of the Ockhamian position itself.

Keywords: William of Ockham, Causality, Intuitive and Abstractive Cognition (*notitia intuitiva et abstractiva*), Evident Cognition (*notitia evidens*), Intuitive Cognition of non-existents (*notitia intuitiva de re non existente*).

1. Algumas dificuldades teóricas

a) Ockham e o ceticismo: uma tese gilsoniana

A contar da retomada de interesse acerca da obra e das posições filológico-político-teológicas de Guilherme de Ockham, que teve lugar no início do século passado, foram vários os estudos dedicados ao tema da *notitia intuitiva de re non existente*. O primeiro mais importante dentre eles certamente foi o escrito em 1943 por Philotheus Boehner, o artigo “The notitia intuitiva of non-existents according to William of Ockham”. Trata-se principalmente de uma resposta a um texto declaradamente polêmico de Gilson, o capítulo de livro “The road to scepticism”, de 1937. Na época, a principal reação a esse

artigo ficou por conta de Anton C. Pegis, com quem Boehner travou uma animosa discussão tomada entre 1944 e 1948.

Reassumindo o papel de historiador, Gilson voltaria a essa discussão apenas muitos anos depois em não mais que uma nota de rodapé (cf. Gilson 1955, p. 784, n. 7), na qual encontramos uma avaliação muito mais branda – ou “desapaixonada”, como ele mesmo declara – do que a apresentada em 1937 e que passou ao largo da querela mencionada. Depois disso, ainda que outros estudiosos tenham se dedicado a tratar do conhecimento do não existente e de outros temas a ele posteriormente associados (por exemplo, as discussões sobre a distinção entre as notícias intuitiva e abstrativa, sobre a notícia evidente ou mesmo sobre a compreensão de ciência), um debate mais homogêneo a respeito da questão apenas aparecerá depois de passados mais de 50 anos da publicação daquele primeiro artigo de Boehner, quando Elizabeth Karger escreve, em 1999, o capítulo de livro “Ockham’s Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition”. Nele, Karger basicamente levanta três problemas sobre o que, segundo ela, seriam conclusões contidas no artigo de Boehner, a saber:

- a.) que cognições abstrativas seriam capazes por natureza de causar juízos falsos;
- b.) que uma cognição intuitiva seria incapaz de causar juízos falsos;
- c.) que há uma conexão privilegiada entre intuição e evidência.

Karger afirma ainda que a consequência tirada pelos estudiosos que estariam de acordo com essas conclusões seria a defesa de que a doutrina ockhamiana a respeito do conhecimento intuitivo e abstrativo providenciaria a base sobre a qual seria possível construir certo conhecimento “protegido de qualquer intrusão de um ceticismo quer natural, quer sobrenatural” (Cf. Karger 1999, p. 220-221). Mas Karger julga que a base dessa conclusão seria inaceitável (*a lame theory*), afinal:

- 1.) não há qualquer conexão privilegiada entre intuição e evidência, uma vez que pode haver evidência em certos conhecimentos dados unicamente por meio de notícias abstrativas;
- 2.) não parece haver nada na natureza das cognições abstrativas a fazê-las capazes de causar juízos falsos;

3.) parece perfeitamente possível que uma notícia intuitiva cause juízos falsos.

Sem entrarmos no mérito da questão sobre se Boehner defendeu ou não aquelas conclusões (a-c), o caso é que a interpretação do texto ockhamiano proposta por Karger neste último elenco (1-3) parece correta. Que, por exemplo, não haja qualquer conexão privilegiada entre “intuição” e “evidência” de modo a excluir a conexão entre “abstração” e “evidência” fica claro na primeira questão do Prólogo da *Ordinatio* ockhamiana, em que há a discussão a respeito do conhecimento evidente que o intelecto humano pode ter sobre certas verdades teológicas; que uma notícia intuitiva cause juízos falsos é exatamente o que é ali lembrado ao se mencionar a imperfeição da notícia intuitiva. Consequentemente, tanto a notícia intuitiva quanto a abstrativa podem levar a juízos falsos...

Mas um novo problema surge quando Karger volta ao tema em 2004, no artigo “Ockham and Wodeham on Divine Deception as a Skeptical Hypothesis”. Ali, ela põe em questão a eficácia da definição dada por Ockham para a distinção entre a notícia intuitiva e a abstrativa: certos aspectos da definição ockhamiana seriam incompatíveis com a afirmação de que a notícia intuitiva sempre é capaz de produzir um juízo verdadeiro sobre a existência ou não existência daquilo que é por ela conhecido.

Essa caracterização é encontrada, por exemplo, no seguinte texto ockhamiano retirado de sua *Reportatio* II, q. 12-13:

“a cognição intuitiva é aquela pela qual conheço que a coisa é quando é e que não é quando não é. Ora, a cognição abstrativa é aquela pela qual não julgamos que a coisa é quando é e que não é quando não é e, isso, quer ela seja natural ou sobrenatural. [...] digo que a notícia intuitiva é aquela pela qual, existindo, julgo, do modo dito acima, que a coisa é quando é e que não é quando não é e, isso, quer ela seja causada naturalmente quer sobrenaturalmente. Porque tida uma notícia intuitiva qualquer, prontamente posso formar este complexo: “esta coisa é” ou “não é” e, por força da cognição intuitiva, assentir ao complexo se a coisa for ou dissentir se ela não for, assim como foi dito acima. *E, assim, de modo algum ela põe o intelecto em erro.*” [Ockham 1981, p. 261,

lin. 1-5; p. 286, lin. 16-p. 287, lin. 7, *Rep.* II, q. 12-13. Grifo nosso.]¹.

Uma dificuldade relativa a essa definição, segundo Karger, pode surgir da consideração proposta por Ockham a respeito da intervenção sobrenatural divina na qual Deus causa no intelecto um conhecimento intuitivo de um não existente. Assumindo o princípio de que Deus pode causar por si tudo aquilo que é causado por uma causa segunda, Ockham propõe que Deus pode produzir por si mesmo, no intelecto humano, a notícia de uma coisa qualquer, sem essa coisa. Do mesmo modo, Deus pode *conservar* em nós um conhecimento intuitivo naturalmente causado por uma coisa existente estando a própria coisa destruída. Observando especialmente esse segundo caso, Karger pensa ser possível propor a seguinte situação:

“Neste momento, estou olhando para um objeto que, por acaso, é uma árvore. Dada a percepção que tenho da árvore, *parece-me evidente* que a árvore existe, de fato, isso é tão convincentemente evidente que não posso deixar de acreditar que ela existe, se não fosse por um *caveat*: e se Deus estivesse preservando na existência minha percepção da árvore enquanto tivesse acabado de destruir a árvore? Por mais remota que essa possibilidade possa ser, assim que penso nela, não posso mais estar absolutamente certa de que a árvore existe².” (Karger 2004, p. 228. Grifo nosso).

¹ “cognitio intuitiva est illa per quam cognosco rem esse quando est, et non esse quando non est. Sed cognitio abstractiva est illa per quam non iudicamus rem quando est esse et quando non est non esse, et hoc sive sit naturalis sive supernaturalis. [...] dico quod cognitio intuitiva est illa qua existente iudico rem esse quando est et non esse quando non est, modo supra dicto, et hoc sive causetur naturaliter sive supernaturaliter. Quia habita notitia intuitiva qualitercumque, statim possum formare hoc complexum ‘haec res est’ vel ‘non est’, et virtute cognitionis intuitivae assentire complexo si res sit vel dissentire si non sit, sicut supra dictum est. Et sic nullo modo ponit intellectum in errore.”

² A pergunta movida por Karger é basicamente aquela com que Gilson (1950 [1937], p. 80 s.) dá início ao debate contemporâneo sobre o tema: “If God can conserve in us the intuition of something that is not actually existing, how shall we ever be sure that what we are perceiving as real is an actually existing thing? In other words, if it is possible for God to make us perceive as real an object that does not really exist, have we any proof that this world of ours is not a vast phantasmagoria behind which there is no reality to be found?”. Boehner (1943, p. 235, n. 28), em contrapartida, mostra com precisão onde estará o ponto da disputa: “... In fact, the expression [sc. ‘*perceive as real an object that does not really exist*’] in italics (mine) belongs to an imaginary

A proposta de Karger é declaradamente uma decorrência do que ela entende ser a argumentação de Adão de Wodeham que, fundamentalmente, repete o mesmo que Walter Chatton havia proposto no Prólogo de suas *Lectura* e *Reportatio*, assim:

“o que convém ao ato pela substância do ato, se a substância do ato permanecer a mesma com o que quer que seja posto de diferente, continua podendo ser conveniente para ela quando aquilo for posto. Com efeito, de outro modo, não seria possível provar a respeito de algum princípio igualmente separável que, se ele permanecer do mesmo modo, que ele pode agir do mesmo modo a respeito de um afetado igualmente disposto que ocorra conjuntamente com o mesmo princípio conjuntamente separável. Portanto, se, quanto à substância do ato, a visão permanece do mesmo modo que antes com a coisa não existente, então, nada há para que ela [*sc.* a visão] não cause tal como antes, em seu gênero de causar parcialmente, um assentimento conjuntamente semelhante; ao menos, nada há para que ela não cause, em seu gênero de causar, um assentimento semelhante. Se há impedimento, ele vem de outro lugar.” [Chatton 1989, p. 99, l. 33-42, *Rep-Lect.*, Prol., q. 2, art. 3]³.

Wodeham apresenta sua versão desse argumento na 2ª questão do Prólogo de sua *Lectura Secunda*, assim:

“Não há na alma uma notícia simples que Deus não possa causar ou que, causada anteriormente, não possa conservar quando seu objeto não existe. Logo, se o homem pudesse ter, por força dessa notícia, um juízo certo sobre a existência de tal coisa, assim, quando a coisa não existisse, ele poderia ter um juízo certo

world, for Ockham had called it a contradiction to perceive *as real* an object that does not exist, not, however, to perceive intuitively an object *as not real*”. (Os grifos são do autor).

³ “Tertio, similiter ut supra: quod convenit actui per substantiam actus, si substantia eius maneat eadem, quocumque alio posito, adhuc ipsum potest sibi convenire illo posito; aliter enim non posset probari de aliquo principio etiam partibili quod, si maneat uniformiter, quod uniformiter agere possit respectu passi aeque dispositi concurrente eodem principio compartibili. Si igitur re non existente maneat visio uniformiter sicut prius in substantia actus, igitur non repugnat sibi in suo genere causandi partialiter, quin causet assensum consimilem qualem prius, saltem sibi non repugnat quin in suo genere causandi causet consimilem assensum. Si est impedimentum, illud proveniet aliunde.”

de que ela existiria, o que traz uma incompatibilidade.” [Wodeham 1990, p. 37, l. 3-7; *LS Prol.*, q. 2, § 3]⁴.

É possível dizer que Chatton, Wodeham e, agora, Karger movem fundamentalmente a mesma questão: a mesma notícia intuitiva é capaz de produzir juízos opostos?⁵ Karger, no entanto, formula assim o problema que a faz movê-la: a notícia intuitiva que é produzida graças a um objeto existente causa o juízo de existência daquilo que é conhecido. Mas, dada sua onipotência, pode ser que, ao mesmo tempo em que decide destruir aquele objeto, Deus decida também conservar essa mesma notícia intuitiva que alguém teve dele enquanto existente. Ou seja, retomando o exemplo da própria Karger, suponha-se que eu estivesse vendo uma árvore e chegasse à conclusão ou juízo de que ela existe. Suponha-se, ainda, que Deus resolvesse destruir essa mesma árvore que eu agora estou vendo. Em tese, uma vez isso feito, eu deveria deixar de ver a árvore agora destruída e, conseqüentemente, julgá-la inexistente. Mas também suponha-se que Deus não tenha só decidido destruir a árvore, mas que, ao mesmo tempo, também tenha decidido conservar em mim exatamente aquela notícia que eu estava tendo ao ver árvore. Conseqüentemente, em tese, eu continuaria a ter a notícia da árvore como se nada tivesse acontecido, ou seja, como se eu estivesse vendo a árvore agora. Ora, uma vez que a notícia conservada por Deus é exatamente aquela que foi originalmente causada pela coisa existente, então, ela deveria continuar causando exatamente o mesmo efeito que antes (isto é, o juízo de que a coisa existe), pouco importando que a coisa conhecida tenha sido destruída. Portanto, Karger conclui, aparentemente, Ockham não teria razão para sustentar que “a cognição intuitiva é aquela pela qual conheço que a coisa é quando é e que não é quando não é”: o exemplo proporcionado pela análise daquilo que pode se dar de acordo com a onipotência divina acaba de nos mostrar um caso em que a notícia intuitiva daria a conhecer como existente exatamente aquilo que já não mais existiria.

⁴ “Contra primam conclusionem et tertiam potest obici quia nulla est notitia simplex in anima, quin illam posset Deus causare vel prius causatam conservare obiecto eius non existente. Si igitur virtute talis notitiae posset haberi iudicium certum de existentia talis rei, tunc re non existente posset homo habere certum iudicium quod existeret, quod includit repugnantiam.”

⁵ A mesma questão foi também um dos temas nucleares do debate sustentado por Pegis e Boehner. Em Boehner 1945, essa discussão aparece especialmente na p. 48: “How can the *same* intuitive cognition be the basis of an evident judgment that the object exists, if the object exists, and that it does not exist, if the object does not exist?” (o grifo é do autor). No entanto, as razões que fizeram girar a polêmica daquela vez em nada lembram as que agora mencionamos.

b.) A tese de Karger: para afastar o ceticismo, Ockham elabora uma nova definição de conhecimento intuitivo

É por causa desse problema que Ockham, segundo Karger (2004, p. 233), teria *modificado* sua teoria original, rerepresentando sua distinção do seguinte modo:

“(À sétima dúvida) digo que pela notícia intuitiva da coisa pode ser evidentemente conhecido que a coisa não é, *quando* não é, ou *se* não é. E quando se pergunta desde que será causado esse juízo, pode ser dito que pode ser causado desde a notícia intuitiva da coisa. E quando é dito que está nela o causar o efeito oposto quando a coisa é, pode ser dito que não há inconveniente em que alguma causa com outra causa parcial cause algum efeito e, no entanto, que apenas aquela, sem a outra causa parcial, cause o efeito oposto. E, por isso, a notícia intuitiva da coisa e a própria coisa causam o juízo de que a coisa é, mas quando a própria coisa não é, então, a própria notícia intuitiva sem aquela coisa causará o juízo oposto. E, por isso, concedo que não é a mesma a causa desses juízos, porque a causa de um é a notícia sem a coisa, a causa de outro é a notícia com a coisa enquanto causa parcial.” [Ockham 1967, p. 70, lin. 21-p. 71, lin. 9, *Ord. Prol.* q. 1. Os grifos são nossos.]⁶.

Nesse novo texto, vemos que, para Ockham, a coisa é causa parcial do juízo de sua existência com a notícia intuitiva: a coisa causa a notícia intuitiva de si e essa notícia, porque causada por uma coisa existente, a tem como causa parcial do juízo de que a própria coisa existe⁷. Estando a coisa destruída

⁶ “Ad septimum dubium dico quod per notitiam intuitivam rei potest evidenter cognosci res non esse quando non est vel si non sit. Et quando quaeritur a quo causabitur illud iudicium, potest dici quod potest causari a notitia intuitiva rei. Et quando dicitur quod illa habet causare effectum oppositum si res sit, potest dici quod non est inconveniens quod aliqua causa cum alia causa partiali causet aliquem effectum et tamen quod illa sola sine alia causa partiali causet oppositum effectum. Et ideo notitia intuitiva rei et ipsa res causant iudicium quod res est, quando autem ipsa res non est tunc ipsa notitia intuitiva sine illa re causabit oppositum iudicium. Et ideo concedo quod non est eadem causa illorum iudiciorum, quia unius causa est notitia sine re, alterius causa est notitia cum re tamquam cum causa partiali.”

⁷ Esquema paralelo é descrito por Ockham em *Quodl.* I, q. 15; por exemplo, no *ad argumentum 6* (Ockham 1980, p. 86, lin. 68-73), onde Ockham visa provar que é necessária uma notícia intuitiva intelectual

ou ela sendo inexistente, ou seja, suprimida a coisa como causa parcial do juízo de existência, a notícia intuitiva *sem a coisa* seria a causa⁸ do juízo de que a coisa não existe.

Seguindo, então, as críticas propostas por Adão de Wodeham a essa resposta do texto da *Ordinatio*, Karger (2004, p. 233-235) defende que o raciocínio traçado por Ockham no novo texto apresentado, segundo o qual não seriam exatamente as mesmas causas a produzir efeitos opostos, não teria sido suficiente para resolver o problema. Com efeito, Wodeham teria argumentado que Deus *poderia manter* no intelecto uma notícia intuitiva naturalmente causada por um objeto e, por sua potência absoluta, *impedir* que o objeto exercesse seu papel de causa parcial do juízo com aquela notícia. Sem o objeto como causa parcial daquele juízo, o intelecto seria naturalmente levado ao assentimento de que a coisa, existente, mas impedida por Deus de exercer seu papel de causa parcial do juízo, não existiria.

Uma segunda possibilidade, segundo Karger sugerida por Gilberto Crab (cf. Karger 2004, p. 234, nota 32), seria a de que Deus mantivesse a notícia da coisa e, destruída a coisa, causasse, no lugar dela, junto com aquela notícia, o juízo de que a coisa existe.

Uma terceira possibilidade viria de um segundo exemplo dado por Wodeham: o do caso em que Deus *conservaria* em nós o conhecimento intuitivo

intermediária entre a visão sensível e o conhecimento da proposição contingente sobre o sensível: "digo que a visão sensitiva é a causa parcial da visão intelectual; ora, não é causa parcial do ato de assentimento sem a visão intermediária, porque a notícia complexa pressupõe a notícia incomplexa no mesmo sujeito. Assim como a vontade não pode quanto a seu ato a não ser que preceda a cognição no intelecto, por mais que haja a notícia intuitiva no sentido." – "Ad aliud dico quod visio sensitiva est causa partialis visionis intellectivae; sed non est causa partialis actus assentiendi sine visione media, quia notitia complexa praesupponit notitiam incomplexam in eodem subiecto. Sicut voluntas non potest in actum suum nisi praecedat cognitio in intellectu, quantumcumque sit notitia intuitiva in sensu.". A visão sensitiva é causa parcial do ato de assentir na medida em que pressupõe a visão intelectual intermediária que, *com ela*, é causa parcial do juízo, ou seja, a visão sensitiva é causa parcial do ato de assentir *na medida em que* causa a visão intelectual intermediária. Diferentemente do que pode acontecer com a notícia abstrativa, o juízo de existência ou não existência tem a coisa e a notícia intuitiva como causas essencialmente ordenadas, tal qual descritas em Ockham 1984, p. 753-756, *QPhys.*, q. 132.

⁸ Há que se ter cuidado na interpretação desse ponto, uma vez que dele parece possível concluir que a notícia intuitiva do não existente seria isoladamente a causa *total* do juízo de não existência, compreensão que parece ter sido a de Karger. No entanto, nos *Quodlibet V*, q. 5, Ockham afirmará expressamente que, seja ou não do existente, a notícia intuitiva é sempre causa *parcial* do juízo. Voltaremos a isso mais adiante.

naturalmente causado por uma coisa existente e, ao mesmo tempo, afastaria essa coisa daquele que a conhece a tal ponto que a coisa *não seria mais capaz* de exercer seu papel de causa parcial do juízo de sua existência. Em suma, sem o objeto, a notícia intuitiva conservada por Deus causaria o juízo de que a coisa, existente, mas afastada, não existe.

Com esses exemplos, Karger conclui, Wodeham e Crab teriam mostrado que a distinção proposta por Ockham entre o conhecimento intuitivo e o abstrativo, em qualquer de suas versões, não seria suficiente para evitar que o intelecto caísse em erro, ao contrário do que vimos Ockham ter expressamente afirmado quando da sua primeira definição de notícia intuitiva (“... *E, assim, de modo algum ela [isto é, a notícia intuitiva] põe o intelecto em erro*”). Em suma, segundo Karger, a insistência de Ockham no fato de que a notícia intuitiva seria capaz de dar a conhecer a existência ou não existência daquilo que é conhecido teria acabado por levá-lo a uma definição que poria em xeque a certeza que ele acreditava ser inerente a esse tipo de conhecimento. Nas palavras dela,

“O fato é que a teoria de Ockham sobre a cognição intuitiva é inconsistente. Ela contém a tese de que uma cognição intuitiva apenas pode causar um juízo verdadeiro sobre a existência ou a não existência com respeito a seu objeto, no entanto, ela também contém princípios a partir dos quais o oposto se segue. [...] Concluo que a tentativa de Ockham de evitar o ceticismo sobre a existência das coisas exteriores, uma vez que permite a possibilidade de que Deus nos engane a respeito da existência delas, fracassou.” (Karger 2004, p. 233; 236).

2. Notícia intuitiva e notícia evidente: a explicitação de seus vínculos.

a.) A hipótese de Perini-Santos: a causalidade natural na definição do conhecimento evidente.

Ernesto Perini-Santos retoma essa discussão – “Existe uma Resposta ockhamiana (ou não ockhamiana) ao Ceticismo?”, 2005 – resumindo-a assim: “segundo Karger, o problema central da teoria ockhamiana é que um julgamento pode me parecer evidente e, no entanto, ser falso, em virtude da intervenção divina.” (Perini-Santos 2005, p. 435). Perini-Santos levanta, então, alguns argumentos contrários a essa conclusão, buscando mostrar que nenhum problema real surgiria como consequência do fato de que um juízo nos *pareça*, ou não, evidente. Desses argumentos, de início, nos interessarão principalmente os 3 seguintes:

- a.) Julgamentos evidentes são assentimentos causados de uma determinada maneira;
- b.) O assentimento a proposições contingentes sempre pode ser causado naturalmente;
- c.) É possível falar em conhecimento com a estabilidade de processos naturais.

Como ponto de partida dessa sua exposição, Perini-Santos escolhe uma passagem diferente daquela apontada por Karger (cf. *supra*, o texto relativo à nota 1) para apresentar a definição proposta por Ockham a respeito do conhecimento intuitivo. A razão para a apresentação dessa nova passagem seria nos mostrar que o “mecanismo” próprio da definição de conhecimento intuitivo corresponderia ao que, na *Ordinatio*, Ockham chama de *notícia evidente*. O trecho é o seguinte:

“[a cognição] intuitiva é aquela por meio da qual se conhece que a coisa é quando é e que não é quando não é, *porque, quando apreendendo perfeitamente alguns extremos intuitivamente, posso prontamente formar o complexo de que esses extremos estão unidos ou não estão unidos e assentir ou dissentir*⁹. Por exemplo, se vejo intuitivamente o corpo e a brancura, prontamente o intelecto pode formar o complexo ‘o corpo é’, ‘o branco é’ ou ‘o corpo é branco’ e, esses complexos formados, o intelecto assente prontamente. E isso por força da cognição intuitiva que ele tem dos extremos. Assim como, apreendidos pelo intelecto os termos de algum princípio – por exemplo, este: ‘o todo [é maior] etc.’ – e formado o complexo pelo intelecto apreensivo, o intelecto prontamente assente por força da apreensão dos termos.” [Ockham 1981, p. 256, lin. 13-257, lin. 8, *Rep.* II, q. 12-13. Grifo nosso.]¹⁰.

⁹ Esse é o “mecanismo” ao qual Perini-Santos faz referência: o conhecimento dos extremos, ou seja, dos incomplexos, leva ao juízo.

¹⁰ “[cognitio] Intuitiva est illa mediante qua cognoscitur res esse quando est, et non esse quando non est. Quia quando perfecte apprehendo aliqua extrema intuitive, statim possum formare complexum quod ipsa extrema uniuntur vel non uniuntur; et assentire vel dissentire. Puta, si videam intuitive corpus et albedinem, statim intellectus potest formare hoc complexum ‘corpus est’, ‘album est’ vel ‘corpus est album’, et formatis istis complexis intellectus statim assentit. Et hoc virtute cognitionis intuitivae, quam habet de extremis. Sicut intellectus apprehensis terminis alicuius principii - puta huius ‘omne totum [est

Assim, para além da possibilidade de dar assentimento a princípios conhecidos por si, como o caso de que “o todo é maior que suas partes”, o conhecimento intuitivo aparece caracterizado como “a apreensão dos extremos de uma proposição sobre uma matéria contingente em razão da qual se dá o assentimento imediato a esta proposição” (Perini-Santos 2005, p. 440). A razão pela qual esse assentimento ocorre é exatamente o que é explicado pela definição de conhecimento evidente, da qual o conhecimento intuitivo, segundo Perini-Santos, é uma espécie. A definição é a seguinte:

“o conhecimento evidente (*notitia evidens*) é o conhecimento (*cognitio*) de algum complexo verdadeiro que pode por natureza ser causado [*sc. “nata ... causari”*] de maneira suficiente pelo conhecimento dos termos (*ex notitia terminorum*), de maneira mediata ou imediata. [...] quando o conhecimento dos termos, sejam os termos da proposição mesma ou de outras proposições diferentes, em qualquer intelecto que tem um tal conhecimento, é suficiente para causar ou é apto a causar [*sc. “vel est nata causare”*], de maneira mediata ou imediata, o conhecimento do complexo, então este complexo é conhecido de maneira evidente.” [in: Perini-Santos 2005, p. 440; 441. Os sublinhados e acréscimos entre colchetes são nossos.]

Em sua explicação para o que é importante retermos dessa definição, Perini-Santos destaca o seguinte:

“O conhecimento evidente de uma proposição é o assentimento *naturalmente* causado pela apreensão dos termos desta proposição (ou pela apreensão dos termos de uma outra proposição). [...] O assentimento imediato evidente é o *resultado de um processo causal natural*. O interesse de retomar esta definição é que ela mostra que não há nada que nos pareça evidente, não há proposição que seja “*so compellingly evident*” [*sc. “tão convincentemente evidente”*], como teria afirmado Karger, que nos aparece de uma determinada forma, nada corresponde a algo parecer evidente no texto ockhamiano. Trata-se de um processo natural que ocorre no intelecto, o resultado de uma relação causal natural, e

maius] etc. - et formato complexo per intellectum apprehensivum, statim intellectus assentit virtute apprehensionis terminorum.”

não livre.” [Perini-Santos 2005, p. 441. Os grifos e o acréscimo entre colchetes são nossos].

Em seu livro de 2006, dedicado exatamente à compreensão da teoria ockhamiana do conhecimento evidente, Perini-Santos ainda acrescenta o seguinte a respeito do mesmo trecho:

O assentimento evidente é causado pela apreensão dos termos e essa *origem causal* é suficiente para defini-lo. [...] Deve-se notar que a definição pelo papel causal se acompanha de uma precisão que diz respeito ao caráter disposicional do conhecimento evidente: *ele é apto a causar o assentimento*. [Perini-Santos 2006, p. 61. Os grifos são nossos.]¹¹.

Se formos retomar o que acabamos de citar elencando os principais argumentos levantados por Perini-Santos a respeito da definição ockhamiana de conhecimento evidente, temos então que:

- 1.) o assentimento imediato evidente é o resultado de um processo causal natural, não livre;
- 2.) a origem causal do assentimento evidente da proposição – a saber, que ele tenha sido causado pelos termos que compõem a proposição assentida –, é suficiente para defini-lo;
- 3.) o conhecimento evidente é apto a causar o assentimento.

Antes de tratarmos dos dois primeiros pontos, parece-nos necessário propor um pequeno ajuste ao terceiro, que acabamos de citar. Embora vejamos Perini-Santos afirmar que o conhecimento evidente é apto a causar o assentimento, esse não é o caso, pois assim teríamos uma clara redundância: o conhecimento evidente é justamente o assentimento causado¹². Como vemos

¹¹ “L’assentiment évident est causé par l’appréhension des termes, et cette origine causale est suffisante pour le définir [...] On doit noter que la définition par le rôle causal s’accompagne d’une précision concernant le caractère dispositionnel de la connaissance évidente : elle est apte à causer l’assentiment. La causalité naturelle qui agit dans la connaissance évidente explique son caractère dispositionnel et permet des formulations contrefactuelles.”

¹² Cf. Ockham 1980, p. 501, l. 26-36; *Quodl. V*, q. 6, que apresenta, proporcionalmente, o mesmo argumento com relação à ciência: “Sobre o segundo [sc. “artigo”], sustento duas conclusões. A primeira é que o ato de assentimento tomado de ambos os modos difere da apreensão primeira, que é a formação da proposição. O que provo, primeiramente, assim: prova-se a mesma conclusão *a priori* e *a posteriori* e pela autoridade, assim como se mostrou antes. Assim, se a conclusão ou sua formação fosse a ciência que é um ato de assentir, segue-se, assim, que o mesmo seria ciência *a priori* e *a posteriori*, de modo

no próprio texto por ele traduzido, o conhecimento *dos termos* é apto a causar o assentimento, que, por isso mesmo, recebe a qualificação de evidente¹³.

No que toca ao fundamental dessa crítica ou ajuste que Perini-Santos propõe à argumentação de Karger, o diagnóstico por ele apontado pode estar correto: de fato, não é claro que seja essencial à definição de conhecimento evidente que um assentimento *pareça* evidente para aquele que conhece¹⁴. No

semelhante, a fé e a opinião; e, desse modo, a mesma conclusão em número seria simultaneamente e de uma única vez evidente e inevidente quanto ao mesmo, porque é ciência e fé por hipótese: *pois a mesma conclusão em número pode ser crida primeiramente e sabida depois.*" – "Circa secundum pono duas conclusiones: prima est quod actus assentiendi utroque modo acceptus differt a prima apprehensione, quae est formatio propositionis. Quod probro primo sic: eadem conclusio probatur a priori et a posteriori et per auctoritatem, sicut prius ostensum est. Si tunc conclusio vel eius formatio esset scientia quae est actus assentiendi, sequitur tunc quod eadem sit scientia a priori et a posteriori, similiter fides et opinio; et sic eadem conclusio numero esset simul et semel eidem evidens et inevidens, quia est scientia et fides per hypothesim; nam eadem conclusio numero potest primo credi et postea scribi." (Grifo nosso).

¹³ Note-se, em continuidade ao apresentado na nota anterior, que a notícia incompleta causa não só a formação do complexo, mas também o assentimento de que o complexo é verdadeiro. Noutras palavras, por ser o conhecimento do complexo *verdadeiro*, a notícia evidente pressupõe, para além da formação do complexo, o assentimento de sua verdade. De outro modo, falaríamos em algo como "proposições verdadeiras por si mesmas", ou seja, que seriam verdadeiras pelo simples fato de serem formuladas, o que não parece ser o caso.

¹⁴ Com efeito, a qualificação de um conhecimento como evidente não parece poder ser relacionada a algo como uma maior "certeza" a respeito daquilo que é afirmado ou negado. A não ser que "parecer evidente" seja o mesmo que "parecer correto" ou "verdadeiro", mas esse seria um sentido trivial. Afinal, se o conhecimento evidente nada mais for que certo juízo/assentimento a uma proposição, há que se lembrar que não assentimos senão ao que nos "parece" verdadeiro: "O outro ato pode ser dito judicativo, pelo qual o intelecto não apenas apreende o objeto, mas também assente a ele ou dele dissente. E esse ato é unicamente referente ao complexo, porque, pelo intelecto, *não assentimos senão ao que reputamos verdadeiro, e não dissentimos senão do que estimamos falso.*" – "Alius actus potest dici iudicativus, quo intellectus non tantum apprehendit obiectum sed etiam illi assentit vel dissentit. Et iste actus est tantum respectu complexi, quia nulli assentimus per intellectum nisi quod verum reputamus, nec dissentimus nisi quod falsum aestimamus." (OCKHAM 1967, p. 16, l. 12-16; *Ord. Pro.*, q. 1. Grifo nosso.). A esse respeito, veja-se também Schierbaum 2016b, p. 19, 23. Não faremos, porém, esta discussão aqui. Ao recorrer ao que "parece evidente", Karger visa aproximar a discussão ockhamiana, seguindo parte do expediente pautado pela literatura secundária a esse respeito, do debate sobre o ceticismo. No entanto, pode ser o caso de que, ao menos no que diz respeito à história do debate, esse expediente geral esteja equivocado em seu próprio ponto de partida. Veja-se, por exemplo, Davis 1975 e mesmo Perini-Santos 2005, p. 452-454.

entanto, não parece indubitável que o argumento dado por Perini-Santos para justificar sua posição descreva adequadamente o “mecanismo” pressuposto pela definição de conhecimento evidente. Com efeito, pode ser que as duas caracterizações inicialmente destacadas para descrever o conhecimento evidente estejam em alguma medida equivocadas. A origem do que propomos colocar agora em discussão parece estar na compreensão que Perini-Santos tem de um termo preciso na definição de conhecimento evidente, a saber,

“o conhecimento evidente (*notitia evidens*) é o conhecimento (*cognitio*) de algum complexo verdadeiro que pode por natureza ser causado de maneira suficiente [*sc.* “*nata ... causari*”] pelo conhecimento dos termos (*ex notitia terminorum*), de maneira mediata ou imediata.” (O sublinhado e o acréscimo entre colchetes são nossos).

que é por ele mesmo parafraseado assim:

“O conhecimento evidente de uma proposição é o assentimento *naturalmente causado* pela apreensão dos termos desta proposição (ou pela apreensão dos termos de uma outra proposição).” (Gri-fos nossos).

b.) O papel da onipotência divina na definição do conhecimento evidente: o significado da expressão “nata ... causari”.

“Poder ser naturalmente causado” talvez não seja o sentido que se deve prestar a “*nata ... causari*” naquele texto ockhamiano. Um assentimento pode ser dito naturalmente causado ou porque não depende da vontade, isto é, porque não é um ato livre, ou porque é causado de um modo que exclui a intervenção sobrenatural divina. Perini-Santos (2005, p. 447 s.) traz em seu artigo um argumento que claramente trivializa essa segunda possibilidade de interpretação, lembrando que, em Ockham, “uma relação natural sempre está suspensa ao concurso da ação divina”. Uma vez que as definições dadas por Ockham não “cobrem um fenômeno cognitivo natural” porque sempre estão suspensas ao concurso da ação divina, tanto a definição de notícia intuitiva como a de notícia evidente seriam definições *estipulativas*.

Mas não nos parece possível aceitar essa interpretação: nem nos parece que o recurso à onipotência divina, tal como teorizado por Ockham, esteja de fato ligado à assunção de definições estipulativas, nem nos parece que a expressão “*nata ... causari*” seja suficientemente bem entendida se apenas co-

mo a proposta de uma relação causal natural não livre. Para que isso fique claro, vejamos um pouco melhor o contexto em que essa expressão aparece.

A definição de *notícia evidente* apresentada por Ockham tem lugar na primeira questão do Prólogo de sua *Ordinatio*, intitulada: “Se é possível que o intelecto do peregrino tenha notícia evidente sobre as verdades da teologia – *Utrum sit possibile intellectum viatoris habere notitiam evidentem de veritatibus theologiae*”. Nessa questão, Ockham defende que é possível que o intelecto do peregrino tenha a notícia evidente de *certas* verdades da teologia, causadas a partir de conhecimentos abstrativos, a partir da intervenção *sobrenatural* divina. A importância de se levar em conta a ação sobrenatural divina como um fator decisivo para essa resposta é paulatinamente apresentada por Ockham desde o início de sua exposição, quando ele propõe que, para o perfeito entendimento do problema proposto, seria preciso esclarecer o que é o intelecto do peregrino, o que é a notícia evidente (tarefa que apresenta exatamente a definição que agora examinamos) e o que são as verdades da teologia. A fim de ilustrarmos isso, basta uma breve visada da apresentação do primeiro dos termos propostos por Ockham, que é feita assim:

“Sobre o primeiro, digo que o intelecto do peregrino é aquele que não tem a notícia intuitiva da deidade, possível para ele *desde a potência ordenada de Deus*. Pelo primeiro, é excluído o intelecto do bem-aventurado, que tem a notícia intuitiva da deidade; pelo segundo, é excluído o intelecto do condenado, para o qual essa notícia não é possível *desde a potência ordenada de Deus*, ainda que seja possível para ele *desde a potência absoluta de Deus*.” [Ockham 1967, p. 5, l. 11-17, *Ord. Prol.* q. 1. Os grifos são nossos.]¹⁵.

Como se vê indicado, a potência divina será o fiel da balança a dizer o que é ou não possível para o intelecto do peregrino. E veremos que algo semelhante se repetirá na definição do que é uma notícia evidente: a onipotência divina elucidará o que há de essencial para essa definição, coisa diversa, há que se notar, da função de estendê-la à abrangência de casos sobrenaturais. Mas antes de partirmos para uma proposta de interpretação do significado da palavra “*nata*” na definição de notícia evidente, por meio do qual o vínculo com a

¹⁵ “Circa primum dico quod intellectus viatoris est ille qui non habet notitiam intuitivam deitatis sibi possibilem de potentia Dei ordinata. Per primum excluditur intellectus beati, qui notitiam intuitivam deitatis habet; per secundum excluditur intellectus damnati, cui non est illa notitia possibilis de potentia Dei ordinata, quamvis sit sibi possibilis de potentia Dei absoluta.”

discussão a respeito da onipotência divina se tornará mais claro, lembremos outro texto de Ockham igualmente interessado nesse significado. Trata-se da 2ª questão do Prólogo da *Ordinatio*, na qual Ockham escreve o seguinte:

“Digo que ciência [...] é a *notícia evidente* do verdadeiro necessário, *apta a ser causada* [*nata causari*] por premissas a ele aplicadas pelo discurso silogístico. [...] Ora, digo ‘*apta a ser causada*’ [*nata causari*] porque não é necessário que, de fato, seja causada por tais premissas, porque *pode ser causada* pela experiência [*potest per experientiam causari*].” [Ockham 1967, p. 87, lin. 20-p. 88, lin. 2; p. 88, lin. 8-10, *Ord. Prol.* q. 2. Os grifos são nossos.]¹⁶.

Nesse texto, a expressão “*nata causari*”, “*apta a ser causada*”, marca o fato de que, se houver, ou se for possível haver, uma relação de causa e efeito entre A e B, B ou *foi causado* por A ou *poderia ter sido causado* por A. Tratando do mesmo tema na primeira questão do Prólogo da *Ordinatio*, Ockham havia afirmado que, para que esse vínculo possa ser corretamente estabelecido, é preciso que, tendo ou não sido causado por A, B sempre seja da mesma espécie, tal como se diz que a mesma espécie de calor pode ser produzida tanto pelo fogo como pelo Sol:

“Digo que premissas distintas nem sempre causam ciências distintas, porque assim como o mesmo calor quanto à espécie pode ser produzido a partir de diversas causas distintas quanto à espécie, a saber, a partir do fogo e do Sol, assim *a mesma ciência segundo a espécie* pode ser causada a partir de distintos princípios ou premissas, como ficará mais patente depois.” [Ockham 1967, p. 11, lin. 18-22, *Ord. Prol.*, q. 1. Grifo nosso.]¹⁷.

¹⁶ “Circa secundum: quid est scientia? Dico quod scientia, secundum quod distinguitur contra alios habitus intellectuales de quibus loquitur Philosophus VI *Ethicorum*, est notitia evidens veri necessari, nata causari per praemissas applicatas ad ipsum per discursum syllogisticum. [...] Dico autem ‘nata causari’, quia non est necessarium quod de facto causetur per tales praemissas, quia potest per experientiam causari.”

¹⁷ “Dico quod distinctae praemissae non semper causant distinctas scientias, quia sicut idem calor specie potest produci a diversis causis specie distinctis, scilicet ab igne et a sole, ita eadem scientia secundum speciem potest causari a distinctis principiis vel praemissis, sicut magis post patebit.”. Ver, ainda, *ibidem*, p. 90, lin. 10-p. 91, lin. 4, *Ord. Prol.*, q. 2.

Assim, no caso do conhecimento da conclusão científica, a expressão “*nata causari*” marca o fato de que, quando a conclusão não for causada a partir de premissas a ela aplicadas pelo discurso silogístico, é preciso que essa conclusão *possa* vir a ser causada por essas premissas. Para que haja tal possibilidade, é preciso que tal conclusão seja *da mesma espécie* daquela eventualmente causada por tais premissas. Sempre resultado de uma relação causal, uma conclusão segue sendo ciência antes por pertencer a uma determinada espécie que por ter sido causada por esta ou por aquela causa. Como veremos, a definição de notícia evidente lida com paralelos semelhantes: ainda que seja sempre efeito de uma relação causal, uma notícia seguirá sendo evidente ainda que suas causas não sejam rigorosamente as mesmas. Entender a extensão do que estamos descrevendo de modo tão geral é o que nos parece fundamental para a compreensão da notícia evidente.

Como, então, a expressão “*nata causari*” seria aplicada à definição de notícia evidente?

A resposta pode ser tomada de dois famosos intérpretes do ockhamismo. Vejamos, por exemplo, o que, no século XV, diz Gabriel Biel comentando exatamente a definição de notícia evidente contida na primeira questão do prólogo da *Ordinatio* de Ockham:

“Donde, aqui, *o Autor* [*sc.* Ockham] descreve a notícia evidente adesiva, a saber, que é a notícia adesiva “do complexo verdadeiro, a partir da notícia incompleta dos termos”, daquela ou de outra proposição, “apta a ser causada de modo suficiente – *nata sufficienter causari*”. [...] Ainda, que não tenha dito “causada – *causata*” naquela descrição, mas “apta a ser causada – *nata causari*”, se dá por isto: porque, *se Deus causasse* no intelecto humano a notícia adquirível por demonstração, ela seria evidente e, por mais que não seja causada a partir da notícia incompleta dos termos, basta, porém, que fosse ou que tenha sido apta a ser causada – *quod esset vel fuisset nata causari*.” [Gabriel Biel 1973, p. 10, lin. 10-12; 16-20, *Coll. Prol.*, q. 1, Notabile 2. O grifo é nosso.]¹⁸.

¹⁸ “Unde *Auctor* hic describit notitiam evidentem adhaesivam, scilicet quod est notitia adhaesiva “veri complexi, ex notitia incompleta terminorum” illius vel alterius propositionis “mediate vel immediate nata sufficienter causari”. [...] Quod etiam in illa descriptione non dicit “causata”, sed “nata causari”, propter hoc est, quia, si Deus notitiam per demonstrationem acquiribilem causaret in intellectu humano, ipsa esset evidens; et quamvis non esset causata ex notitia incompleta terminorum, sufficit tamen quod esset vel fuisset nata causari.”. Sobre a notícia adesiva: BIEL 1973, p. 18, lin. 30 ss.; *ibidem*, Notabile 3: “A

Como vemos, segundo Gabriel Biel, a cláusula “*nata causari*” significa exatamente que a notícia evidente *pode* ser causada a partir da notícia incomplexa dos termos, mas não é necessário que seja assim: Deus pode causar no intelecto humano diretamente “a notícia adquirível por demonstração”, isto é, o juízo que é a notícia evidente. Portanto, a notícia evidente é *apta a ser causada* a partir da notícia incomplexa dos termos porque *pode ser* que, por meio de uma intervenção sobrenatural divina, ela não o seja. Algo muito semelhante já havia sido afirmado por Adão de Wodeham, que, ao comentar esse texto de Ockham no Prólogo de sua *Lectura Secunda*, escreveu o seguinte:

“posta no intelecto, esta notícia dos termos ou das coisas por meio da qual aquela notícia evidente está apta [*nata est*] – mediata ou imediatamente – a ser causada de modo suficiente, quer seja causada de fato por ela [*sc.* pela notícia dos termos ou das coisas] ou imediatamente apenas por Deus, ela será evidente segundo a opinião. Porque [Ockham] não põe em sua definição que seja atualmente causada por ela [*sc.* pela notícia dos termos ou das coisas], mas que seja “apta a ser causada” [*quod sit ‘nata causari’*], de modo que, de fato, estejam ali as causas terminadas suficientes pelas quais aquela notícia seria causada se não agradar a Deus o causar somente por si, mas que apenas coopere com elas para causá-la.” [Wodeham 1990, p. 154, l. 69-75, *LS*, Prol. q. 6, § 8]¹⁹.

Segundo essas interpretações, a expressão “*nata causari*” não aparece na exata função de marcar um ato natural, não voluntário, mesmo que, na definição em pauta, tudo que aparece em virtude dessa expressão gire, de certo modo, em torno desse dado: ela marca, acima de tudo, a possibilidade de algo

notícia adesiva ou judicativa é o ato do intelecto pelo qual ele assente a algum complexo proposicional ou dele dissente crendo-o verdadeiro ou falso. E se dá unicamente a respeito do complexo proposicional.” – “Notitia adhaesiva sive iudicativa est actus intellectus, quo assentit vel dissentit alicui complexo propositionali, credendo ipsum esse verum vel falsum. Et est tantum respectu complexi propositionalis.”

¹⁹ “posita in intellectu notitia ista intuitiva terminorum vel rerum qua mediante nata est sufficienter - mediate vel immediate - causari illa notitia evidens, sive de facto ab ea causetur sive immediate a solo Deo, ipsa erit evidens secundum opinionem. Quia non ponit in eius definitione quod actu causetur ab ea sed quod sit ‘nata causari’, ita quod de facto sint ibi causae terminatae sufficientes quibus causaretur illa notitia si non placeret Deo se solo causare, sed tantum cooperari illis ad causandum eam.”

ser causado quer naturalmente (e, nesse sentido, também de modo não voluntário), quer por meio de uma intervenção sobrenatural divina. Para além disso, veremos que a expressão também marca, não de modo secundário, mas de modo igualmente principal, o fato de que, independentemente do modo segundo o qual o efeito é causado, ele sempre estará indissociavelmente vinculado àquilo que *naturalmente* é ou seria sua causa.

Assim, no trecho relativo à conclusão científica, vimos que a expressão “*nata ... causari*” indicava a aptidão da conclusão de ser causada por premissas distintas, fundamentada no fato de a conclusão sempre pertencer, sejam quais forem suas causas, a uma única e mesma espécie. Por outro lado, as descrições de Adão de Wodeham e de Gabriel Biel apresentaram uma outra característica para essa expressão que aparentemente não é senão contextual: no contexto da definição de notícia evidente, apenas faz sentido em se falar numa notícia *apta* a ser causada de um determinado modo, se for levada em consideração a intervenção sobrenatural divina. Dado o que se descreve como um conhecimento evidente, naturalmente, isto é, sem a intervenção sobrenatural divina, não haveriam causas distintas aptas a serem causas *suficientes* de uma mesma conclusão de uma única e mesma espécie, mas unicamente uma causa: a notícia incompleta dos termos que, por meio de um ato natural, não voluntário, causaria suficientemente o assentimento ao complexo verdadeiro.

Há outro texto em que essas características aparecem unidas já sob a pena de Ockham, a questão 13 de seu primeiro *Quodlibet*, intitulada: “Se o primeiro conhecido pelo intelecto pela primazia da geração é o singular”²⁰. Nessa questão, ao uso da expressão “*nata causari*” aparece novamente ladeada a possibilidade de um conhecimento tanto ser causado naturalmente quanto por meio da intervenção sobrenatural divina. Para além disso, também aparece destacado o fato de que, independentemente de sua causa atual, um mesmo efeito é sempre apto a ter sido *naturalmente* causado por um objeto criado *e não por outro*. Nela lemos o seguinte:

digo que a notícia intuitiva é a cognição própria do singular não em razão de uma assimilação maior a um que a outro, mas porque é naturalmente causada por um e não por outro e não pode ser causada por outro.

“Se disseres que pode ser causada unicamente por Deus: é verdade, mas tal visão sempre é apta a ser causada [*sc. “semper nata est ... causari?”*] por um objeto criado e não por outro e não pode ser

²⁰ Ockham 1980, p. 72, lin. 2-3, *Quodl.* I, q. 13: “Utrum primum cognitum ab intellectu primitate generationis sit singulare.”.

causada [por outro]. Donde, em razão da semelhança, a intuitiva não é dita mais a cognição própria do singular do que a primeira abstrativa, mas unicamente em razão da causalidade, sem que se possa apontar outra causa.” [Ockham 1980, p. 76, l. 89-98, *Quodl.* I, q. 13]²¹.

Em posse dessas informações, pensamos que a definição ockhamiana de *notícia evidente* pode, então, ser lida do seguinte modo:

“notícia evidente é a cognição de um complexo verdadeiro *apta a ser causada de modo suficiente*, de modo imediato ou mediato, a partir da notícia incomplexa dos termos. Assim: quando a notícia incomplexa de alguns termos, |§ quer sejam termos dessa proposição, quer de outra, quer de diversas proposições, §| em qualquer intelecto que tenha tal notícia, causa |§ *ou está apta a causar* §| de modo suficiente, de modo mediato ou imediato, a notícia do complexo, então esse complexo é conhecido de modo evidente. Disso se segue que, além da ciência, da intelecção ou da sabedoria, há a notícia evidente, porque a proposição contingente pode ser conhecida de modo evidente e, no entanto, essa notícia nem é ciência nem intelecção nem algum daqueles hábitos que o Filósofo põe em *Ética* VI [1139b 16-17].” [Ockham 1967, p. 5, lin. 19-6, 9, *Ord. Prolog.* q. 1. Os grifos são nossos.]²².

²¹ “Ad primum istorum dico quod intuitiva est propria cognitio singularis, non propter maiorem assimilationem uni quam alteri, sed quia naturaliter ab uno et non ab altero causatur, nec potest ab altero causari.

Si dicis, potest causari a solo Deo: verum est, sed semper nata est talis visio causari ab uno obiecto creato et non ab alio; et si causetur naturaliter, causatur ab uno et non ab alio, nec potest [ab altero] causari. Unde propter similitudinem non plus dicitur intuitiva propria cognitio singularis quam abstractiva prima, sed solum propter causalitatem, nec alia causa potest assignari.”

²² “... notitia evidens est cognitio alicuius veri complexi, ex notitia terminorum incomplexa immediate vel mediate nata sufficienter causari. Ita scilicet quod quando notitia incomplexa aliquorum terminorum |§ sive sint termini illius propositionis sive alterius sive diversarum propositionum §| in quocumque intellectu habente talem notitiam sufficienter causat |§ vel est nata causare §| mediate vel immediate notitiam complexi, tunc illud complexum evidenter cognoscitur. Ex isto sequitur quod notitia evidens est in plus quam scientia vel intellectus vel sapientia, quia propositio contingens potest evidenter cognosci, et tamen illa notitia nec est scientia nec intellectus nec aliquis illorum habituum quos ponit Philosophus VI *Ethicorum*.”

c.) A defini o de not cia evidente: onipot ncia e estipula o? Da aptidão da not cia   import ncia dos termos da rela o causal.

Assim proposta a defini o, pensamos n o ser poss vel concordar com o seguinte da descri o de Perini-Santos: a not cia evidente n o pode ser suficientemente descrita como (1) o resultado de um processo causal *natural*. Embora de fato não se trate de um ato voluntário,   fundamental para a descri o da notícia evidente a indica o de que ela pode ser causada a partir de uma interven o sobrenatural divina. Também não parece ser exatamente o caso de dizer, sem maiores detalhes, que (2) a origem causal do assentimento evidente   suficiente para defini-lo. Nem mesmo a proposta de uma “defini o nominal” de notícia evidente, segundo a qual “  evidente uma ‘*cognitio alicuius veri complexi*’ causada de um determinado modo” (cf. Perini 2005, p. 447) parece suficiente, pois o que parece importar para a defini o de notícia evidente são os dois aspectos seguintes: (a) que ela seja o conhecimento de um complexo verdadeiro, ou seja, que ela seja um assentimento *verdadeiro* (o que   certamente contemplado pelo ajuste proposto em -1-) e (b) que ela *seja* suficientemente causada a partir da notícia incomplexa dos termos *ou*, ao menos, que ela, uma vez existindo no intelecto e não tendo sido causada pela notícia incomplexa dos termos, *seja apta a ser suficientemente causada* por essa notícia (o que também   fundamental para a defini o, mas obviamente não   contemplado nem pela descri o proposta em -2- nem por aquela “defini o nominal”).

O fato   que, para a composi o da defini o, tão importante quanto, mas ainda mais compreensiva e fundamental que a *atualidade* de certa rela o causal,   a considera o da *aptidão* para ela. Donde ser preciso avançar ainda outro ponto para que essa defini o se faça completamente clara. Afinal, se essa aptidão for tomada sem critério, parece possível perguntar por que qualquer conhecimento verdadeiro não poderia ser tomado, em último caso, como evidente. Parece ser prevendo esse tipo de obje o que Ockham propõe, em seguida   defini o apresentada de notícia evidente, o seguinte esclarecimento:

“Se for dito: a notícia evidente da verdade contingente nunca   causada suficientemente a partir da notícia incomplexa dos termos, porque então seria sabida conhecidos os termos. Ora, tudo que tal   princípio notado por si, segundo o Filósofo em Analíticos Posteriores I. Ora, nenhuma verdade contingente   notada por si. Portanto, etc.

Cumpra dizer: a proposi o notada por si   aquela que   sabida evidentemente a partir de qualquer notícia dos termos da própria proposi o, seja abstrativa, seja intuitiva. Ora, isso não   possível

sobre a proposição contingente, porque uma notícia dos termos é suficiente para que seja causada a notícia evidente da verdade contingente, a saber, a intuitiva, como será patente depois, mas outra não basta, a saber, a abstrativa. Donde, se alguém ver intuitivamente a Sócrates e a brancura existente em Sócrates, pode saber evidentemente que Sócrates é branco. Mas se unicamente conhecesse Sócrates e a brancura existente em Sócrates abstrativamente, assim como alguém pode imaginá-los na ausência deles, não saberia evidentemente que Sócrates é branco e, por isso, [a notícia evidente da verdade contingente] não é proposição notada por si.” [Ockham 1967, p. 6, lin. 10-p.7, lin. 3, *Ord. Prol.* q. 1].²³

O caso do conhecimento evidente do contingente é fundamental para a compreensão da definição. O juízo “Sócrates é branco”, ainda que verdadeiro, jamais poderá ser dito evidente se for causado apenas a partir da notícia abstrativa dos termos. Esse assentimento seria, antes, um ato de crença: os termos, por serem provenientes de uma notícia abstrativa, não podem ser tomados como causa *suficiente* desse juízo – teríamos, portanto, antes um ato voluntário que um ato natural: o assentimento proviria não da força do que é conhecido (a notícia incompleta dos termos), mas da vontade que produz um ato de crença. Mais do que simplesmente abranger a possibilidade de um evento sobrenatural, o recurso à onipotência tal como destacado por Wodeham, Gabriel Biel e pelo próprio Ockham em seus *Quodlibeta* torna manifesto e, principalmente, generaliza para a definição algo que o exemplo de um conhecimento do contingente serve para tornar claro: a notícia evidente é distinta, *quanto à espécie*, de outra que, apesar de significar exatamente o mesmo que ela e de, conseqüentemente, ser igualmente verdadeira, não pode ser dita evidente porque não pode ser suficientemente causada a partir da notícia incompleta

²³ “Si dicatur quod notitia evidens veritatis contingentis nunquam causatur sufficienter ex notitia incompleta terminorum, quia tunc sciretur cognitio terminis. Sed omne tale est principium per se notum, secundum Philosophum I *Posteriorum*. Sed nulla veritas contingens est per se nota; igitur etc.: Dicendum quod propositio per se nota est illa quae scilicet evidenter ex quacumque notitia terminorum ipsius propositionis, sive abstractiva sive intuitiva. Sed de propositione contingente non est hoc possibile, quia aliqua notitia terminorum sufficit ad causandum notitiam evidentem veritatis contingentis, scilicet intuitiva, sicut post patebit, aliqua autem non sufficit, scilicet abstractiva. Unde si aliquis videat intuitive Sortem et albedinem existentem in Sorte, potest evidenter scire quod Sortes est albus. Si autem tantum cognosceret Sortem et albedinem existentem in Sorte abstractiva, sicut potest aliquis imaginari ea in absentia eorum, non sciret evidenter quod Sortes esset albus, et ideo non est propositio per se nota.”

dos seus termos, ou melhor, não é *apta a ser* suficientemente *causada* a partir da notícia incomplexa dos seus termos.

É, portanto, nesse sentido preciso que a causalidade se torna imprescindível para a definição estudada. O ponto fundamental dessa revisão foi, desse modo, ressaltar que é indissociável da definição de notícia evidente a *aptidão* para certa relação causal, o que pertence à natureza da notícia e não a qualquer estipulação. Daí a necessidade de que essa relação apareça devidamente circunscrita: tão importante quanto a indicação de uma relação causal possível ou real é a indicação adequada dos elementos que *terminam ou estão aptos a terminar* essa relação causal, a saber, o complexo verdadeiro, que é propriamente o termo ou objeto terminante da notícia evidente e aquilo a partir do que ele foi *ou* está apto a ser suficientemente causado – a notícia incomplexa dos seus termos, que, naturalmente, é o movente daquela notícia²⁴.

A possibilidade de uma intervenção sobrenatural divina na produção da notícia do complexo é essencial para que se torne manifesta a *distinção específica* da notícia evidente: a notícia complexa dos termos apenas pode *estar apta* a ser causada de modo suficiente pela notícia incomplexa dos seus termos quando (a) houver tal notícia complexa e (b) ela não tiver sido produzida a partir da notícia incomplexa dos seus termos e (c) quando tal notícia complexa for da mesma espécie daquela que é suficientemente causada pela notícia incomplexa dos seus termos. Uma tentativa de descrição do conhecimento evidente que não leve em conta conjuntamente todos esses elementos certamente perde de vista a distinção específica própria do complexo, única razão a permitir que se ponha a notícia evidente do contingente como descritiva de um hábito intelectual que não se confunde com nenhum dos outros cinco citados por Aristóteles na *Ética Nicomaquéia*.

Por fim, a notícia evidente não cobre casos naturais e *sobrenaturais* por uma estipulação, mas em virtude das características do que é próprio ao complexo que é dito evidente: nada há na definição que tenha sido posto de modo arbitrário ou na especial intenção de estendê-la arbitrariamente à compreensão de casos naturais e *sobrenaturais* (tal como parece ser a proposta de Perini-

²⁴ Certamente há dois sentidos segundo os quais vemos empregada a palavra “termo” na presente discussão. Num deles, “termo”, “terminar” e seus derivados designam os extremos da relação causal, ou seja, a causa e seu efeito, o movente e o objeto terminante ou termo da notícia. Nesse sentido, o “termo” ou “objeto terminante da notícia” é aquilo mesmo que é conhecido. Claramente é outro o sentido de “termo” na expressão: “a notícia incomplexa dos termos” (que compõem a notícia evidente que é o conhecimento de um complexo): seu significado não é senão o de ser aquilo que serve de sujeito ou de predicado para uma proposição enunciativa, do tipo *S é P*.

Santos 2005, p. 448). Seja natural ou sobrenaturalmente causada, a notícia é dita evidente em virtude da *natureza* da proposição assentida: verdadeira e que, quando não é naturalmente causada pela notícia incompleta dos seus termos, *é da mesma espécie* de quando é natural e não voluntariamente causada pela notícia incompleta dos seus termos.

3. Intuição e evidência: sobre a perfeição e a “força” (*virtus*) da notícia.

Vejamos, então, como essa relação causal ajuda a compor a descrição do que é a notícia intuitiva tal como ela é apresentada na primeira questão do Prólogo da *Ordinatio*:

“a notícia intuitiva [incompleta] da coisa é tal notícia *por força* da qual pode ser sabido se a coisa é ou não, de modo que, se a coisa for, o intelecto prontamente julga que ela é e conhece *evidentemente* que ela é, a não ser, talvez, que seja impedido em razão da imperfeição²⁵ daquela notícia. E, do mesmo modo, *se for perfeita* tal notícia sobre a coisa não existente que é *conservada* pela potência divina, *por força* daquela notícia incompleta haveria de conhecer *evidentemente* que aquela coisa não é.

De modo semelhante, a notícia intuitiva é tal que, quando são conhecidas algumas coisas das quais uma é inerente à outra ou uma dista localmente de outra ou se dá de outro modo para outra, prontamente, *por força* da notícia incompleta daquelas coisas se sabe se a coisa é inerente ou não é inerente, se dista ou não dista, e assim sobre outras verdades contingentes, |§ a não ser que aquela notícia seja excessivamente atenuada, ou haja algum outro impedimento. §| Assim como se Sócrates for, com a verdade da coisa, branco, essa notícia de Sócrates e da brancura *por força* da qual pode ser *evidentemente* conhecido que Sócrates é branco é dita notícia intuitiva. E, universalmente, toda notícia incompleta do termo ou dos termos, |§ ou da coisa ou das coisas, §| *por força* da qual pode ser *evidentemente* conhecida alguma verdade contingente,

²⁵ Será com base nessa passagem, que fala da imperfeição da notícia intuitiva em razão de que a notícia seja atenuada ou da existência de algum impedimento para o conhecimento, que falaremos aqui em “notícia intuitiva imperfeita”. O sentido de um conhecimento do passado ou do futuro, a notícia abstrativa que também pode ser chamada de notícia intuitiva imperfeita ou *recordativa* (cf. Boehner 1943, p. 225; Ockham 1981, p. 266 s.; *Rep.* II, q. 12-13), não é, desse modo, o que é referido em nosso texto.

maximamente sobre o presente, é notícia intuitiva.” [Ockham 1967, p. 31, lin. 10-32, 3, *Ord. Prol.* q. 1. Os grifos são nossos.]²⁶.

Como acabamos de ver, a notícia intuitiva é aquela pela qual podemos saber *evidentemente* se a coisa é ou não é, pois é uma notícia incompleta que causa ou está apta a causar o conhecimento de algum complexo verdadeiro com respeito à existência ou não existência daquilo que é conhecido. Sob outro aspecto, a notícia intuitiva é a única pela qual pode ser conhecida evidentemente alguma verdade contingente sobre o presente, tal como a que diz: “Sócrates é branco”. Tudo isso ao menos quando ela é perfeita.

A perfeição da notícia intuitiva é requerida até mesmo para um juízo evidente a respeito da coisa não existente *conservada* pela potência divina, fato desapercibido pelas críticas expostas. A esse respeito, parece interessante examinar o seguinte argumento tirado dos *Quodlibeta*, que, por acaso, retoma basicamente a mesma objeção que havia sido aventada pelos argumentos de Chatton, Wodeham e Karger: se a visão de uma coisa naturalmente causada fosse conservada por Deus com a coisa já não mais existindo, não caberia àquela visão conservada causar o mesmo efeito que causava quando sua existência era mantida pela coisa então existente, ou seja, não caberia àquela visão causar o juízo de que a coisa existe²⁷ Ockham responde o seguinte:

²⁶ “notitia intuitiva rei est talis notitia virtute cuius potest sciri utrum res sit vel non, ita quod si res sit, statim intellectus iudicat eam esse et evidenter cognoscit eam esse, nisi forte impediatur propter imperfectionem illius notitiae. Et eodem modo si esset perfecta talis notitia per potentiam divinam conservata de re non existente, virtute illius notitiae incomplexae evidenter cognosceret illam rem non esse.

Similiter, notitia intuitiva est talis quod quando aliqua res cognoscuntur quarum una inhaeret alteri vel una distat loco ab altera vel alio modo se habet ad alteram, statim virtute illius notitiae incomplexae illarum rerum scitur si res inhaeret vel non inhaeret, si distat vel non distat, et sic de aliis veritatibus contingentibus, [§ nisi illa notitia sit nimis remissa, vel sit aliquod aliud impedimentum. §] Sicut si Sortes in rei veritate sit albus, illa notitia Sortis et albedinis virtute cuius potest evidenter cognosci quod Sortes est albus, dicitur notitia intuitiva. Et universaliter omnis notitia incompleta termini vel terminorum, [§ seu rei vel rerum, §] virtute cuius potest evidenter cognosci aliqua veritas contingens, maxime de praesenti, est notitia intuitiva.”

²⁷ De fato, o argumento dado por Ockham resume aquele de Chatton, que apresentamos acima, do seguinte modo: “Além disso, o que convém ao ato segundo a substância do ato, se a sua substância permanecer a mesma, com o que quer que seja posto de diverso, ainda pode convir ao ato; ora, pela potência divina, a substância da visão permanece a mesma com a coisa não existente; portanto, não repugna a ela causar, ao menos parcialmente, um assentimento tal qual o que causou anteriormente

“Concedo que, se, pela potência divina, a visão da coisa permanecer com a coisa não existente, não repugna a ela causar parcialmente tal assentimento se todas as outras causas requeridas concorrerem. No entanto, repugna a ela causar tal assentimento de modo total e parcial sem as outras causas. E, assim, visto que a existência da coisa²⁸ seja causa parcial daquele assentimento *e-vidente*, é impossível que seja causado naturalmente sem a existência da coisa.” [Ockham 1980, p. 498, lin. 78-84, *Quodl.* V, q. 5. Grifo nosso]²⁹.

Como vemos, é fundamental para o caso descrito que o assentimento a respeito da inexistência da coisa seja dado de modo evidente. Ao conservar a notícia intuitiva da coisa, Deus conserva sua *virtus*³⁰ natural de causar um juízo evidente. Se a notícia intuitiva for perfeita, ela será conservada por Deus tal qual teria sido ou poderia ter sido causada. É o que propõe, por exemplo, Gabriel Biel:

“[...] De que a notícia intuitiva seja produzida ou conservada sobrenaturalmente não se remove sua *ação natural*, ou *propriedade*, ou *força*; por exemplo, ainda que um olho fosse produzido *sobrenaturalmente* no cego de nascimento, ainda assim este cego veria *naturalmente* por este olho.

com a coisa existente, e, conseqüentemente, isso pode convir a ela.” – “Praeterea quod convenit actui secundum substantiam actus, si substantia eius maneat eadem, quocumque alio posito, adhuc ipsum potest sibi convenire; sed substantia visionis manet eadem, re non existente, per potentiam divinam; igitur non repugnat sibi saltem partialiter causare talem assensum qualem prius causavit re existente, et per consequens hoc potest sibi competere.”. (Ockham 1980, p. 497, lin. 38-43, *Quodl.* V, q. 5, Instantia 2).

²⁸ Note-se que a *existência* da coisa é apontada como causa parcial do assentimento evidente. Voltaremos a isso depois.

²⁹ “Ad aliud, concedo quod si per potentiam divinam visio rei maneat re non existente, non repugnat sibi causare partialiter talem assensum si omnes aliae causae requisitae concurrant. Tamen repugnat sibi causare talem assensum totaliter et partialiter sine aliis causis; et ita cum existentia rei sit causa partialis illius assensus evidentis, impossibile est quod causetur naturaliter sine existentia rei.”

³⁰ Segundo Adams (1970, p. 390), “Ockham makes it clear that *virtute*, ‘by virtue of which,’ (or *mediante qua* in *Il Rep.* q. 15 E [sc. q. 12-13; Ockham 1981, p. 256, lin. 11 ss.]) expresses a causal notion.”. O mesmo é repetido por Schierbaum 2016a, p. 4. Como veremos, essa não parece ser a interpretação mais adequada do significado de “*virtute*” nesse texto ockhamiano.

Ainda: embora os acidentes no sacramento do altar sejam sobrenaturalmente conservados sem o sujeito, no entanto, ainda são a eles convenientes as ações naturais quanto ao aquecer, o esfriar e o causar as sensações nos sensíveis etc. Portanto, embora a notícia intuitiva seja conservada sobrenaturalmente não existindo o objeto, ainda assim convém a ela *sua operação natural*, que é o causar a notícia evidente do contingente que significa que seu objeto é ou não é.” [Gabriel Biel 1973, p. 31, lin. 13-22, *Coll.*, Prol., q. 1, Dubium 5. Os grifos são nossos.]³¹.

A notícia intuitiva, independentemente do modo como é causada e/ou conservada, isto é, se naturalmente ou sobrenaturalmente, não perde o que é próprio de sua operação natural. Parece ser nesse sentido que, no texto da *Ordinatio*, Ockham sustenta como retrato de sua própria opinião o seguinte:

“Digo, por isso, que a notícia intuitiva e a abstrativa diferem *por si mesmas* e não graças aos *objetos* ou graças a quaisquer *causas* suas, por mais que, *naturalmente*, não possa haver notícia intuitiva sem a existência da coisa que é verdadeiramente a causa eficiente da notícia intuitiva mediata ou imediata, assim como se dirá em outro lugar...” [Ockham 1967, p. 38, lin. 5-10, *Ord.* Prol. q. 1. Os grifos são nossos.]³².

Em última instância, as notícias intuitiva e abstrativa diferem entre si *por si mesmas*, isto é, em razão daquilo de que são ou não capazes. Ainda que, naturalmente, a ordem causal seja fundamental para o esclarecimento do que é próprio da *produção* de tais notícias, ela não é, porém, tal como vimos acontecer

³¹ “[...] Per hoc quod notitia intuitiva supernaturaliter producitur aut conservatur, non tollitur eius naturalis actio seu proprietas vel virtus; ut si oculus in caeco nato supernaturaliter producitur, nihilominus per oculum istum caecus naturaliter videret.

Item: Licet accidentia in sacramento altaris supernaturaliter conserventur sine subiecto, tamen adhuc convenient eis naturales actiones in calefaciendo, frigefaciendo et sensationes in sensibilibus causando etc. Ergo, licet intuitiva notitia supernaturaliter conservetur, obiecto non existente, nihilominus convenit sibi naturalis sua operatio, quae est causare evidentem notitiam contingentis significantis suum obiectum esse vel non esse.”

³² “Ideo dico quod notitia intuitiva et abstractiva se ipsis differunt et non penes obiecta nec penes causas suas quascumque, quamvis naturaliter notitia intuitiva non possit esse sine existentia rei, quae est vere causa efficiens notitiae intuitivae mediata vel imediata, sicut alias dicitur.”

no caso da notícia evidente, o único elemento a determinar a natureza delas.³³ A notícia incompleta intuitiva “da coisa é tal notícia *por força* da qual pode ser sabido se a coisa é ou não, de modo que, se a coisa for, o intelecto prontamente julga que ela é e *evidentemente* conhece que ela é”: a notícia intuitiva não difere da abstrativa porque é causada desta ou daquela maneira ou por dizer respeito a este ou aquele objeto, mas porque *é apta a ser causa suficiente* do juízo de existência e de não existência daquilo que é por ela conhecido – *ao menos quando ela é perfeita...*

4. *Virtus* e causalidade na notícia intuitiva: a navalha de Ockham.

a.) A crítica de Adão de Wodeham à definição ockhamiana de notícia intuitiva: a falibilidade e a dubitabilidade do conhecimento do contingente exterior.

Antes de dar prosseguimento à análise que vem sendo desenvolvida, resta ver o que, de fato, teria a dizer quanto a essa posição de Ockham a crítica levantada por Adão de Wodeham na 2ª questão do Prólogo de sua *Lectura Secunda*. Sua intenção foi retomada por Karger ao enxergar certa inconsistência na teoria de Ockham sobre a notícia intuitiva, na medida em que ela conteria tanto a tese de que uma cognição intuitiva apenas pode causar um juízo verdadeiro sobre a existência ou a não existência de algo, quanto princípios a partir dos quais o oposto se seguiria. Quanto a isso, Wodeham resume (incluindo aí tanto a reprodução dos argumentos como a dos contra-argumentos) o que seria a resposta de Ockham à objeção levantada no §3 da segunda questão do

³³ Aqui pode ser útil retomar a seguinte afirmação de Adams (1970, p. 391, nota 8, itálico nosso): “When Ockham says (...) that intuitive and abstractive cognitions differ ‘in themselves,’ this claim is to be contrasted with the claim that they differ as regards their objects and what causes them. *He does not mean that there is no difference between intuitive and abstractive cognitions as regards the causal relations into which they can enter.* For, on Ockham’s full account, intuitive cognitions differ from abstractive cognitions precisely in the fact they cannot be the cause of any false judgements, while abstractive cognitions can.”. Como Karger já havia apontado, não parece ser base de qualquer distinção o fato de que, supostamente, “a notícia intuitiva não pode causar qualquer juízo falso”: se a notícia intuitiva for imperfeita, isso é bem possível. Ainda assim, a argumentação de Adams sugere algo importante, o fato de que, para Ockham, dizem respeito às notícias intuitiva e abstrativa ao menos duas “cadeias causais”: as que levam, naturalmente, à produção dessas notícias e aquelas que dizem respeito ao que tais notícias, por sua natureza, são ou não capazes de causar. A notícia intuitiva, se perfeita, sempre causa ou está apta a causar o juízo de existência ou de não existência a respeito do que é conhecido; a abstrativa, não.

Prólogo de sua *Lectura Secunda* (aqui já reproduzida no texto referente à nota 4) do seguinte modo:

“Quanto a essa [*sc.* instância], seria concedido o que se assume. Mas dir-se-ia que, quando a coisa existe, então [*sc.* a notícia simples na alma] é [algo] por cuja força pode ser causado naturalmente tal juízo, a saber, de que existe. E se for conservada com a coisa não existente, *desde que não seja notícia imperfeita*, por força dela seria evidentemente sabido que a coisa não existe.

Mas contra: exatamente a mesma causa natural no mesmo passivo e uniformemente disposto causa um efeito uniforme. Ora, se aquela visão for causa do juízo evidente ou do primeiro assentimento de que a coisa existe, não é causa livre, mas puramente natural; e a potência judicativa é a mesma e disposta de modo uniforme. Portanto, será sempre causado tal assentimento e nunca o dissentimento.

Responde-se a isso: existindo a coisa, a própria notícia intuitiva com a própria coisa causa tal juízo e não apenas a notícia com a potência [*sc.* judicativa]. Mas, não existindo a coisa, apenas a própria notícia intuitiva – *se for perfeita* e conservada miraculosamente por Deus – é suficiente com a potência [*sc.* judicativa] e a influência geral de Deus para causar a notícia evidente de que a coisa não existe. E não há inconveniente nisto: que alguma causa com outra causa conjunta possa o efeito contrário daquele que pode sozinha.” [Wodeham 1990, p. 38, lin. 15-29, *LS*, Prol., q. 2, § 3. Grifos nossos.]³⁴.

³⁴ “Ad istud: assumptum concederetur. Sed diceretur quod quando res existit, tunc est [aliquid] virtute cuius potest naturaliter causari tale iudicium, scilicet quod existit. Et si conservetur re non existente, dummodo sit notitia non imperfecta, virtute illius evidenter sciretur rem non existere.

Sed contra: Causa naturalis eadem omnino in passivo eodem et uniformiter disposito uniformem causat effectum. Sed visio illa si sit causa iudicii evidentis quod res existit seu primi assensus, est causa non libera sed mere naturalis; et potentia iudicativa est eadem et uniformiter disposita. Igitur causabit semper huiusmodi assensum et nunquam dissensum:

Ad hoc respondetur quod re existente, ipsa notitia intuitiva cum re ipsa causant huiusmodi iudicium et non notitia sola cum potentia. Sed re non existente, ipsa notitia intuitiva sola - si sit perfecta et conservetur miraculose a Deo - sufficit cum potentia et generali Dei influentia ad causandum notitiam evidentem quod res non existit. Nec hoc est inconveniens quod causa aliqua cum aliqua concausa possit in effectum contrarium illi in quem sola possit.”

As notas da edição do texto de Wodeham apontam que o trecho que acabamos de citar é a suma da resposta de Ockham à sétima dúvida apresentada na primeira questão do Prólogo de sua *Ordinatio*. No entanto, melhor seria dizer que a resposta é um apanhado baseado em diferentes passagens referentes à notícia intuitiva do não existente³⁵. Quanto ao conteúdo da crítica ao que seria a posição de Ockham tal como ela aparece no trecho apresentado, o principal problema levantado por Wodeham girará em torno da caracterização da notícia intuitiva.

O ponto de dificuldade é o seguinte: segundo Wodeham, a afirmação de que a notícia intuitiva é aquela por força da qual é possível saber se a coisa existe quando existe e se ela não existe quando não existe, ou estaria mal formulada ou implicaria uma contradição. Se estivesse mal formulada, seu sentido apenas poderia ser este: há uma notícia intuitiva pela qual se sabe que a coisa é quando é e outra pela qual se sabe que a coisa não é quando não é. Nas palavras do próprio Wodeham:

“Mas isso não me parece verdadeiro. E, por isso, sustento a quarta conclusão que é a de que a notícia intuitiva, que, com a coisa existente, é aquela por força da qual pode ser sabido que a coisa existe não é aquela por força da qual, ela não existente,

³⁵ Com efeito, na apresentação proposta, Wodeham inclui uma paráfrase a um argumento de Chatton (a opinião expressa pela cláusula “mas contra”, que será apresentada novamente – e em seguida descon siderada – nessa mesma questão, no § 6 [p. 43, l. 30-36]) que não aparece na *Ordinatio*, mas em *Quodlibet* (V, q. 5, no texto referente à nota 29, *supra*). Outra evidência de que Wodeham conheceu o texto dos *Quodlibet* de Ockham aparece logo adiante, quando Wodeham cita um argumento de Ockham que apenas aparece naquele mesmo texto: cf. Wodeham 1990, p. 39, lin. 20-22: “Immo, dices, ratio est ad hoc, quia Deus eadem notitia novit intuitive rem existentem et non existentem, et virtute istius scit eam existere quando existit et non existere quando non existit.”; Ockham 1980, p. 496, lin. 26-28; *Quodl.* V, q. 5: “Praeterea Deus per eandem notitiam videt rem esse quando est et non esse quando non est; igitur ita potest esse in proposito sine repugnantia.”. Além disso, Rega Wood (e Gedeon Gál) indica na apresentação da edição crítica da *Lectura Secunda* (Wodeham 1990, p. 13*) que Wodeham teria mostrado a Ockham sua própria reportagem das leituras de Chatton decorridas entre 1321-1323. Segundo a datação proposta para as obras de Ockham (cf. Spade 1999, p. 5.7), o texto da *Ordinatio* é de 1318, enquanto os *Quodlibeta* provavelmente foram apresentados em Londres justamente entre 1322-1324 e, depois, provavelmente editados e revisados em Avignon, em 1324-1325, enquanto, novamente de acordo com Wood (& Gál) (*ibidem*, p. 8*; 37*), a *Lectura Secunda* teria sido escrita provavelmente entre 1329-1332. Antes disso, é provável que a *Lectura Prima* de Wodeham tenha se dado justamente em Londres.

poderia ser sabido que não existe. Primeiro exponho essa [conclusão]: porque embora possa haver uma notícia intuitiva por força da qual seja sabido que a coisa não existe, por exemplo, pela visão, pela qual vejo o cadáver de Sócrates, sei que Sócrates não existe e pela visão, pela qual vejo agora negro Sócrates, que antes era branco, sei que a brancura antes vista em Sócrates não existe e assim quanto ao que é semelhante... E, talvez, disso que aparece primeiramente tomou aquele dito de que a intuitiva é aquela por força da qual se sabe que a coisa existe quando existe e que não existe quando não existe. Não enquanto ela é sobre o predicado copulado, mas enquanto é copulativa³⁶. Porque, então, não se denota que a mesma intuitiva seja tal e tal assim como no primeiro sentido, mas que uma seja tal e outra seja tal. Digo: embora seja assim, no entanto, de nenhum modo a notícia intuitiva, que é aquela por força da qual se sabe que a coisa é naturalmente quando existe, seria, se fosse conservada, aquela por força da qual saberia [que a coisa] não existe quando não existe.” [Wodeham 1990, p. 38, lin. 3-p. 39, lin. 17, *LS*, Prol., q. 2, § 4. Grifos nossos.]³⁷.

Se assim for, fica claro que, em vez de uma definição geral, Ockham teria oferecido uma caracterização de certa particularidade da notícia intuitiva.

³⁶ A saber, *predicado copulado*: “a intuitiva é aquela por força da qual se sabe que a coisa existe quando existe e que não existe quando não existe”; *copulativa*: “a intuitiva é aquela por força da qual se sabe que a coisa existe quando existe” e “a intuitiva é aquela por força da qual se sabe que a coisa não existe quando não existe”.

³⁷ Cf. Wodeham 1990, p. 38, lin. 3-p. 39, lin. 17, *LS*, Prol., q. 2 § 4: “Sed illud non videtur mihi verum. Et ideo de hoc pono quartam conclusionem quae est quod notitia intuitiva, quae re existente est virtute cuius potest sciri res existere, non est virtute cuius possit sciri non existere ipsa non existente. Primo expono illam [conclusionem]. Quia licet una notitia intuitiva possit esse virtute cuius sciatur res non existere, puta per visionem qua videtur cadaver Sortis scio quod Sortes non existit, et per visionem qua video Sortem iam nigrum qui prius erat albus scio quod albedo prius visa in Sorte non existit, et sic de similibus ... Et forte ex hoc primo ortum habuit illud dictum quod intuitiva est virtute cuius scitur res existere quando existit et non existere quando non existit. Non prout ista est de copulato praedicato, sed ut est copulativa. Quia tunc non denotatur quod eadem intuitiva sit talis et talis sicut in primo sensu, sed quod aliqua sit talis et aliqua talis. Licet, inquam, ita sit, nullo tamen modo notitia intuitiva, quae est virtute cuius scitur res esse naturaliter quando existit, esset si conservaretur virtute cuius scirem [rem] non existere quando non existit.”.

Por outro lado, se não for assim, é possível dizer que a definição proposta por Ockham ou (a) implicaria a contradição de que a mesma notícia cause um mesmo juízo segundo o qual a coisa existe e não existe³⁸, ou (b) não seria suficiente para garantir a evidência do assentimento ainda que somada à descreção segundo a qual a notícia intuitiva com a coisa causa o juízo de existência, mas causa sozinha o juízo de inexistência. Afinal,

“se fosse conservada, ela [a notícia intuitiva], sem o objeto, não bastaria, com outras causas naturais, para causar o assentimento evidente de que seu objeto não existiria. Porque, então, se fosse conservada, poderia ser naturalmente a causa pela qual seria julgado que a coisa não é, mesmo ela existindo. Provo a consequência: porque aquele objeto poderia, por causas naturais, afastar-se tanto deste passivo que nenhum efeito, maximamente um absoluto, poderia ser causado nele. Com efeito, nenhum ativo criado pode agir para além de toda distância finita. [...] Portanto, com tal afastamento, nenhum objeto causaria conjuntamente um efeito absoluto, como é um juízo qualquer, naquela potência.” [Wodeham 1990, p. 39, lin. 29-35; p. 40, lin. 37-39, *LS*, Prol., q. 2 § 4]³⁹.

³⁸ Cf. Wodeham 1990, p. 39, lin. 20-28, *LS*, Prol., q. 2 § 4: “Dizes: ainda, a razão é quanto a isto: porque Deus conhece intuitivamente pela mesma notícia a coisa existente e a não existente e, por força dela, sabe que ela existe quando existe e que não existe quando não existe. – Isso não resolve. Com efeito, se resolvesse, terias de dizer não que por força do mesmo poderias julgar assim e assado, mas sim que formalmente com o mesmo juízo julgarias ser assim e assado porque Deus assim faz, tendo como consequência o absurdo para ti de que a visão conservada com a coisa não existente causaria o juízo evidente quando ela não existisse. É certo quanto à experiência. Também é patente quanto à razão, porque não poderia haver nenhuma razão quanto a isso que não fosse tomada da experiência, assim como não pode quanto à atividade – segundo ele – de outras coisas.” – “Immo, dices, ratio est ad hoc, quia Deus eadem notitia novit intuitive rem existentem et non existentem, et virtute istius scit eam existere quando existit et non existere quando non existit. - Hoc non evadit. Si enim hoc moveret, tunc haberes dicere non quod virtute eiusdem posses sic et sic iudicare, immo etiam quod eodem iudicio formaliter iudicares sic et sic esse, quia Deus sic facit. Consequens absurdum tibi quod visio conservata re non existente causaret iudicium evidens quando ipsa non existeret. De experientia certum est. De ratione etiam patet hoc, quia ad hoc nulla posset esse ratio nisi sumpta ab experientia, sicut nec de activitate - secundum eum - aliarum rerum.”.

³⁹ “Secundo arguo sic, probando quod ipsa sine obiecto non sufficeret, si conservaretur, ad causandum evidentem assensum quod obiectum suum non existeret, cum aliis causis naturalibus. Quia tunc posset

Wodeham dá ainda outro exemplo que segue o mesmo raciocínio (*ibidem*, p. 40, lin. 42-50): se Deus suspendesse sua influência geral impedindo que o objeto causasse com a notícia intuitiva o juízo de sua existência, poderíamos ter, então, o caso de uma notícia intuitiva de um objeto existente e presente que causasse o juízo da não existência daquele objeto, tal como havia mencionado Karger. Em suma, como ela havia apontado, Wodeham considera a explicação causal dada por Ockham para justificar sua definição da notícia intuitiva (a saber, aquela pela qual se sabe que a coisa existe quando existe e que não existe quando não existe) insuficiente para garantir qualquer evidência a respeito do juízo emitido. Sua crítica, portanto, se resume ao seguinte:

- 1.) não é possível que uma mesma notícia cause juízos distintos;
- 2.) o esquema causal proposto por Ockham, quanto à notícia intuitiva, para explicar os juízos de existência e de não existência da coisa apreendida não garante a evidência ou fiabilidade desses juízos.

No entanto, não parece que a principal finalidade de Wodeham nesses ajustes seja a de recuperar qualquer fiabilidade para o conhecimento intuitivo. Pelo contrário. Aqui, sua principal posição será mostrar que não há como defender um conhecimento contingente sobre as coisas *exteriores* (isto é, excetuada a apreensão de alguns contingentes *interiores* tais quais os juízos “eu penso”, “eu vivo”) que não seja dubitável:

“com efeito, nenhum juízo que tal [*sc.* correspondente à verdade contingente que significa a coisa exterior] é absolutamente evidente por uma evidência que exclua *qualquer dúvida possível*. Porque com isto que Deus ou a natureza cause na mente toda notícia e juízo possível, estaria que, pela potência absoluta de Deus, não se daria na coisa assim como estaria significado por tal notícia apreendida. E concedo que todo intelecto criável é de natureza tão diminuída *que pode ser enganado* quanto a qualquer verdade contingente sobre a coisa exterior quando vier a assentir ca-

naturaliter, si conservaretur, esse causa qua iudicaretur res non esse, ipsa tamen existente. Probo consequentiam: quia obiectum illud posset per causas naturales tantum elongari ab isto passivo quod nullum effectum, absolutum maxime, posset in eo causare. Nullum enim activum creatum potest agere ultra omnem distantiam finitam. [...] Igitur tali elongatione obiectum nullum effectum absolutum, quale est iudicium quodcumque, concausaret in illa potentia.”

tegoricamente desse modo: é ou não é.” [Wodeham 1990, p. 169, lin. 25-31, *LS Prol.*, q. 6, §16. Os grifos são nossos.]⁴⁰.

Como consequência, não haveria razão para se defender, como faz Ockham em sua definição de notícia evidente por nós apresentada acima, que a notícia evidente seria algo “além da ciência, da intelecção ou da sabedoria”: afinal, não há uma infalibilidade própria a essa notícia que a permita inclusive abarcar o conhecimento do contingente, única condição, para Wodeham, a justificar que se a coloque ao lado dos demais hábitos intelectuais citados⁴¹. Vemos, portanto, de volta, o mote inicialmente proposto por Karger: um juízo que me parece evidente, pode, na verdade, não o ser. Vemos, também, que o primeiro a pautar a questão que leva, sem rodeios, à dúvida sobre a certeza daquilo que é conhecido é o próprio Wodeham, numa apresentação que em nada faz crer que esse tenha sido um problema alguma vez conjecturado por Ockham. E, ainda, vemos que Wodeham torna indissociáveis do conhecimento do contingente exterior sua falibilidade e dubitabilidade: seja por conta de uma intervenção divina, seja pelo que cabe ao próprio conhecimento natural.

⁴⁰ “Nullum enim tale iudicium est simpliciter evidens evidētia excludente omnem dubitationem possibilem. Quia cum hoc quod Deus vel natura causaret in mente omnem notitiam et iudicium possibile, staret quod de potentia Dei absoluta non sic esset in re sicut per talem notitiam apprehensam significaretur. Et concedo quod omnis intellectus creabilis est ita diminutae naturae quod decipi potest circa quamcumque veritatem contingentem de re extra si sic assentiat categorice esse vel non esse.”

⁴¹ Cf. Wodeham 1990, p. 166, lin. 36-39. p. 169, lin. 40-p. 170, lin. 46: *LS Prol.*, q. 6, §14. §17: “Ainda, então não seria verdade que a notícia evidente estaria além da disjunção ‘ciência ou intelecção’. Pois, de onde isso seria provado se não de que a verdade contingente possa ser evidentemente conhecida?... – Agrada-me o que é inferido – a não ser que aquela [proposição] contingente seja condicional, porque no caso de tal contingente há evidência dita do terceiro modo – embora Ockham tenha algo diverso a dizer. E não é de se admirar, porque ele sustenta que se sabe evidentemente pela intuitiva da brancura que ela é quando é e que não é quando não é. E, por isso, tem de sustentar a respeito dessas um juízo infalível. *Pode mantê-lo*. Mas não eu, que sustento que, quer a brancura seja quer não, sua visão, ou a proposição formada a partir de sua visão, sempre inclina a um juízo uniforme” - “Item, tunc non esset verum quod notitia evidens esset in plus quam hoc disiunctum ‘scientia vel intellectus’. Quia unde probaretur hoc nisi quia veritas contingens posset evidenter cognosci? ... – Placet mihi quod infertur - nisi illa [propositio] contingens sit condicionalis, quia in casu de tali contingenti habetur evidētia tertio modo dicta - licet Ockham habeat aliud dicere. Nec mirum, quia ipse ponit quod per intuitivam albedinis scitur evidenter ipsam esse quando est et non esse quando non est. Et ideo habet circa talia ponere iudicium infallibile. Posset haberi. Sed non ego, qui pono quod, sive albedo sit sive non sit, visio eius semper inclinatur ad uniforme iudicium vel propositio formata ex eius visione.”. O grifo é nosso.

Colocando a causalidade como peça central de sua posição, Wodeham chega a propor que a evidência é algo nem sempre associado à verdade daquilo que está sendo conhecido. Com efeito, ele propõe três acepções para o conhecimento evidente. Na primeira delas,

“Chamo de evidente a seu modo aquela proposição que é composta de tais apreensões simples e de tal modo que, quando ela informa a alma, não pode não aparecer para a alma que seja na coisa tal como a proposição significa, *seja ela verdadeira, seja falsa*, ainda que, às vezes, quer pela razão ou pela experiência, *a alma possa ser convencida* desde outro lugar que não é assim. É assim aquela proposição formada por aquele que vê o bastão cuja parte está na água quando significa que o bastão está quebrado, proposição que, certamente, como eu disse acima, tem a visão do bastão e da água [como] suas partes.” [Wodeham 1990, p. 163, lin. 11-17, *LS Prol.*, q. 6, §13. Grifos nossos.]⁴².

Basta-nos essa primeira acepção para perceber o quão fundamental é para ele a existência de certo procedimento causal na apreensão. Antes que verdadeira ou falsa, uma notícia é evidente porque *necessariamente causa* certo juízo: “quando ela informa a alma *não pode não aparecer para ela que seja na coisa tal como ela significa*”. Por isso mesmo, não era possível conceder que a mesma notícia fosse causa de juízos opostos, como, segundo Wodeham, queria Ockham, e é por essa impossibilidade que o conhecimento do contingente é posto como falível ou dubitável, quer por uma falha qualquer da percepção, quando ele é causado naturalmente, quer porque Deus pode nos enganar.

Aqui, porém, é fundamental notar que o “engano” em Wodeham se constrói de forma diversa que em Ockham. Não há engano porque Deus causa um ato de crença (falso) qualquer no intelecto humano, mas porque se Deus conservar a notícia intuitiva naturalmente causada por algo existente, mesmo após a destruição da coisa que a causou, tal notícia sempre será causa do juízo de existência da coisa: “... quer a brancura seja quer não, sua visão, ou a proposição formada a partir de sua visão, sempre inclina a um juízo uniforme” (cf.

⁴² “Illam propositionem voco evidentem suo modo quae ex talibus componitur simplicibus apprehensionibus, et taliter quod ipsa informante animam non potest sibi non apparere sic esse in re sicut ipsa significat, sive ipsa sit vera sive falsa, licet per rationem vel experientiam aliunde posset convinci non sic esse quandoque. Sicut est illa propositio quam format videns baculum cuius pars est in aqua, significans baculum esse fractum, quae quidem, ut supra dixi, habet visionem baculi et aquae [ut] partem sui.”.

supra, nota 41). Posto isso, cabe se perguntar em que sentido seria possível, como concede Wodeham (aqui, ainda na nota 41), manter a posição de Ockham segundo a qual há um juízo infalível a respeito da notícia intuitiva da brancura.

Aparentemente, o que pode ser mantido é que, embora falha como uma definição geral, Ockham teria proposto uma descrição válida das condições gerais para *determinada* ocorrência do conhecimento evidente: o conhecimento de um complexo *verdadeiro, causado ou apto a ser causado de certo modo*. Consequentemente, Wodeham indica (diversamente do que propõe Karger) que teria escapado da atenção de Ockham os aspectos relativos à falibilidade e à dubitabilidade do conhecimento evidente em decorrência de sua negligência na consideração do papel da causalidade *na produção* desse tipo de juízo.

Formulando isso de outro modo, seria, então, possível dizer que, *para Wodeham*, Ockham teria, sem a fundamentação devida, proposto uma definição que equivaleria a defender que a notícia intuitiva seria capaz de produzir um juízo *indubitável* sobre a existência ou não existência da coisa por ela conhecida. Como consequência, Wodeham aponta que a argumentação de Ockham não seria *capaz de*, ou, pelo menos, não seria *suficiente para* descrever adequadamente a *natureza* quer da notícia evidente, quer da notícia intuitiva. Com efeito, a base da definição da notícia intuitiva não estaria na sua capacidade de causar juízos sobre a existência ou não existência daquilo que é conhecido. Essa nova análise do papel da causalidade na produção do conhecimento evidente permite a Wodeham propor uma nova definição para a notícia intuitiva:

“... a notícia intuitiva é a cognição necessariamente requerida para causar naturalmente o juízo evidente da verdade contingente e, ela posta – perfeita e não existindo um impedimento –, tal juízo é naturalmente causável. Não acontece assim quanto a qualquer abstrativa.”⁴³

⁴³ Cf. Wodeham 1990, p. 44, l. 4-20, *LS Prol.*, q. 2, §7: “Do que foi dito antes é patente a conclusão para o primeiro artigo, donde se nos dá a conhecer a diferença entre a abstrativa e a intuitiva. Com efeito, não *desde os objetos*, como alguns procuraram dizer, e isso ao falar da abstrativa própria. Porque perguntas: donde tem vários objetos? Afinal, o mesmo totalmente e sob a mesma razão da parte do objeto é o objeto da intuitiva e da abstrativa, uma vez que não há uma coisa (nem alguma razão própria a ela sob a qual ela pode ser conhecida intuitivamente) cognoscível por nós em via intuitivamente da qual, conhecida pelo intelecto, *o intelecto não possa duvidar se é ou não é*, e, consequentemente, que não possa ser conhecida abstrativamente. Ora, a diferença [se dá a conhecer] *desde o efeito*, a saber, porque a notícia intuitiva é a cognição necessariamente requerida para causar naturalmente o juízo evidente da verdade

A principal diferença entre essa nova definição e a de Ockham está em que a definição de Wodeham dá o mesmo peso tanto aos possíveis efeitos produzidos por essas notícias quanto à relação causal envolvida na produção delas (cf. nota 43), enquanto Ockham ancora a diferença específica das próprias notícias exclusivamente em seus efeitos – aquilo que essas notícias são ou não capazes de produzir: juízos verdadeiros sobre o ser ou o não ser de algo. Assim, Wodeham parte de uma distinção específica que não é a da própria notícia, mas a de *suas causas produtivas*, à qual deve ser acrescentada a distinção dos *efeitos* que essas notícias são capazes de produzir. A intuitiva, se causada por uma causa especificamente apropriada, se perfeita e não impedida, causa naturalmente o juízo evidente da verdade contingente; a abstrativa, não.

b.) A teoria ockhamiana da notícia intuitiva sobre a coisa não-existente: o movente e o objeto terminante da notícia

As críticas levantadas por Wodeham nos levam a um ponto fundamental da posição de Ockham. No que diz respeito ao debate sobre a notícia evidente, por exemplo, sabemos que Ockham não distingue tipos diversos de

contingente e, ela posta – perfeita e não existindo um impedimento –, tal juízo é naturalmente causável. Não acontece assim quanto a qualquer abstrativa. Também [se dá a conhecer] *desde a causa*, porque uma requer uma causa especificamente distinta da causa da outra. – Põe-se a primeira diferença nisto: que todo juízo evidente da verdade contingente sobre o presente naturalmente causado se dá por força da notícia intuitiva incompleta e nenhum que tal por força da abstrativa. E isso tanto sobre o juízo deste como sobre o daquele, de modo que determinado juízo requer determinada notícia ou haveria um e, então, não seria preciso acrescentar [outro].” – “Ex praedictis patet conclusio ad primum articulum, unde nobis innotescit differentia inter abstractivam et intuitivam. Non enim *ex obiectis*, sicut aliqui videntur dicere, et hoc loquendo de abstractiva propria. Quia quaeris: unde habet plura obiecta? quia idem totaliter et sub eadem ratione a parte obiecti est obiectum intuitivae et abstractivae. Quia nulla res est a nobis intuitive cognoscibilis in via, nec aliqua ratio sibi propria sub qua ipsa potest intuitive cognosci, quin illa cognita ab intellectu possit intellectus dubitare utrum sit vel non sit, et per consequens quin possit cognosci abstractivae. Sed [innotescit] *ab effectu*, quia scilicet intuitiva notitia est cognitio necessario requisita ad iudicium evidens veritatis contingentis naturaliter causandum, et qua posita - perfecta, et non existente impedimento - tale iudicium est naturaliter causabile. Non sic de abstractiva quacumque. Et etiam [innotescit] *a causa*, quia una requirit causam specificam distinctam a causa alterius. - Stat prima differentia in hoc quod omne iudicium evidens de veritate contingentis de praesenti naturaliter causatum habetur virtute notitiae incomplexae intuitivae et nullum tale de virtute abstractivae. Et hoc illius de quo iudicatur vel alterius, sic quod tale iudicium talem [notitiam] requirit, vel sit aliquod et tunc non oportet [aliud] addere.”. Como apontam os editores do texto latino, parece faltar algo para que a última parte da última frase “*ou haveria um etc.*” faça sentido.

evidência, mas propõe apenas uma definição de notícia evidente *em geral*: “*in communi*” (cf. Ockham 1967, p. 15, lin. 5 s., *Ord. Prol. q. 1*). Nesse sentido, o exemplo lembrado do bastão submerso na água simplesmente não se coadunaria com qualquer caso de notícia evidente: com ele, teríamos, no máximo, uma notícia intuitiva imperfeita (cf. Ockham 1967, p. 33, lin. 8-12, *Ord. Prol. q. 1*). A menção à imperfeição da notícia nos mostrará que, do ponto de vista da definição ockhamiana, algo escapa ao esquema causal proposto por Wodeham, que com ele parece, diferentemente do que quer Ockham, ensaiar uma reaproximação com o pensamento de Duns Escoto⁴⁴.

De fato, Ockham, após dar sua definição para as notícias intuitiva e abstrativa, apresenta no texto da *Ordinatio* cinco conclusões “*contra* a opinião de Duns Escoto” (cf. Ockham 1967, p. 33, lin. 15-p. 38, lin. 3, *Ord. Prol. q. 1*). No geral, essa discussão mostra em que medida a definição de notícia intuitiva (e abstrativa) dada por Ockham seria mais correta que aquela que teria pretensamente sido proposta por Duns Escoto, principalmente, por meio da acusação de que este último teria errado ao generalizar como característicos da definição alguns aspectos pertinentes apenas a casos particulares das ocorrências de notícias intuitivas e abstrativas. É importante notar nessa discussão que o recurso à onipotência divina será mais uma vez o instrumento que permitirá a Ockham reduzir essas caracterizações àquilo que ele crê haver de essencial para as definições propostas, mostrando em que medida a onipotência divina é a verdadeira *navalha de Ockham*. Dessa discussão, interessam-nos os pontos nos quais Ockham defende que:

- 1.) Se a coisa existente e presente for a causa eficiente da notícia intuitiva, “tudo o que Deus pode pela causa eficiente mediata, pode imediatamente”.⁴⁵

⁴⁴ Na sequência de sua proposta de definição das notícias intuitiva e abstrativa, Wodeham escreve o seguinte: “Do que foi dito, um corolário conclusão é patente, a saber, que é razoável aquela diferença que Escoto sustenta em vários lugares – embora sustente também outras menos boas – entre a notícia intuitiva e a abstrativa, a saber, que a abstrativa pode ser indiferentemente do existente e do não existente, do presente e do não presente, a intuitiva, unicamente do realmente presente e existente. ...” – “*Ex dictis patet conclusio una corollaria, scilicet quod rationabilis est illa differentia quam ponit Scotus ubique – licet alias ponat etiam minus bonas – inter intuitivam et abstractivam, quod videlicet abstractiva potest esse indifferenter existentis et non existentis, praesentis et non praesentis, intuitiva tantum praesentis realiter et existentis.*” [Wodeham 1990, p. 44, l. 22-p. 45, l. 23, *LS Prol.*, q. 2, §7].

⁴⁵ Cf. Ockham 1967, p. 35, lin. 14 s., *Ord. Prol. q. 1*: “Se o primeiro [*sc. se* “aquela coisa, existente e presente, tem a si na razão de causa eficiente para a notícia intuitiva”], então [*sc. se* “aquela coisa, existente e presente, tem a si na razão de causa eficiente para a notícia intuitiva”] pode ser feita sem ela, porque tudo o que Deus pode pela causa eficiente intermediária, pode imediatamente.” –

- 2.) “o mesmo, totalmente e sob a mesma noção por parte do objeto, é objeto da intuitiva e da abstrativa”, ou seja, tanto a notícia intuitiva quanto a abstrativa são igualmente conhecimentos daquilo que é o objeto “sob sua noção própria”⁴⁶;
- 3.) Que Deus seja a causa total da notícia intuitiva (ou da abstrativa) significa que “não se requer que a coisa *move* quanto à *própria existência e objetivamente*” a notícia: naturalmente, a coisa move o intelecto a causar a notícia de si enquanto é *existente* e enquanto é *objeto terminante* dessa notícia. Deus, porém, para mover o intelecto, prescinde tanto da *existência* da coisa (porque pode causar o conhecimento do não existente) quanto, conseqüentemente, prescinde da própria coisa como *objeto terminante enquanto causa essencial*⁴⁷ da notícia (na medida em que pode causar por si o co-

“Si primum, igitur potest fieri sine ea, quia quidquid potest Deus per causam efficientem mediam, potest immediate.”

⁴⁶ Cf. Ockham 1967, p. 36, lin. 16-p. 37, lin. 1, *Ord. Prol.* q. 1: “Isso é patente, porque não há nenhuma coisa, ao menos nestas inferiores, nem alguma noção própria dela sob a qual a coisa pode ser conhecida intuitivamente, da qual, uma vez conhecida pelo intelecto, o intelecto não pode duvidar se é ou não é e, conseqüentemente, que não pode ser conhecida abstrativamente. Portanto, todo mesmo e sob a mesma noção que é objeto da notícia intuitiva pode ser objeto da abstrativa.” – “Hoc patet, quia nulla res est, saltem in istis inferioribus, nec aliqua ratio sibi propria sub qua potest res intuitive cognosci quin illa cognita ab intellectu possit intellectus dubitare utrum sit vel non sit, et per consequens quin possit cognosci abstractively. Igitur omne idem et sub eadem ratione quod est obiectum intuitivae notitiae potest esse obiectum abstractivae.”

⁴⁷ Cf. Ockham 1967, p. 36, lin. 4-8, *Ord. Prol.* q. 1: “Portanto, se o objeto enquanto aquilo que serve de termo não tem a razão de causa essencial a respeito da notícia intuitiva, a própria notícia intuitiva pode ser posta ainda que o objeto enquanto aquilo que serve de termo seja simplesmente destruído segundo toda sua existência real; portanto, com a própria coisa destruída, pode ser posta a própria notícia intuitiva.” – “Igitur si obiectum in quantum terminans non habet rationem causae essentialis respectu notitiae intuitivae, si obiectum in quantum terminans simpliciter destruat secundum omnem existentiam sui reale, potest poni ipsa notitia intuitiva; igitur ipsa re destructa potest poni ipsa notitia intuitiva.” A causa essencial é a causa requerida essencialmente para a produção de algo (cf. Ockham 1984, p. 760, l. 7 ss., *QPhys.*, q. 134). Como um exemplo de causa accidental, Ockham aponta a distinção entre nomes concretos e abstratos, que, para ele, significam o mesmo: “E (os filósofos antigos) não se valeram dessa diversidade desses nomes senão por causa do ornamento da expressão ou alguma outra causa accidental...” – “Nec tali diversitate talium nominum utebantur nisi causa ornatus locutionis vel aliqua alia causa accidentali...” (Cf. Ockham 1974, p. 20, l. 34 ss., *SL* I, cap. 6). Francisco de Marchia (ca. 1290-após 1344) apresenta, de um modo que nos parece mais preciso, a seguinte distinção entre causas essenci-

nhecimento do que não está presente e que pode ser também inexistente, ou não, tal como acontece com o caso exemplar do conhecimento intuitivo de Roma para quem nunca viu Roma nem está lá⁴⁸)⁴⁹;

- 4.) A notícia intuitiva do não existente mantém uma relação *potencial* com o não-ente, isto é, uma relação com o não-ente que é “mensurável e de dependência”⁵⁰;
- 5.) “a notícia intuitiva não requer que a coisa esteja presente *na própria existência*”, mas a coisa/objeto pode estar presente “em algo que re-

ais e acidentais: “... com efeito, a causa accidental difere da causa essencial apenas por isto: porque a causa essencial é a causa do efeito não apenas quanto ao ser feito, mas também quanto ao ser, a causa accidental, porém, unicamente quanto ao ser feito. ...” – “... per hoc enim tantum differt causa accidentalis ab essentiali, quia causa essentialis est causa effectus non tantum quantum ad fieri sed etiam quantum ad esse, accidentalis autem tantum quantum ad fieri. ...” (Marchia 2008, p. 80 s., l. 110-119, *Rep-IIA*, q. 3, n. 11).

⁴⁸ Segundo Guerizoli (2013, p. 186 s.), tanto no caso do conhecimento naturalmente causado quanto do sobrenaturalmente causado daquilo que é existente, como o exemplo do conhecimento de Roma que acabamos de dar, “as mesmas causas gerariam os mesmos efeitos, por mais surpreendente que estes numa certa situação o fossem.”. Parece-nos que seja assim apenas em parte: no caso do conhecimento sobrenaturalmente gerado e conservado, em vez da existência da coisa, a causa da geração da notícia é o próprio Deus, que, ao tornar de algum modo a coisa presente como *termo* da notícia intuitiva, a torna termo com todas as suas propriedades, inclusive a existência: a diferença está em que a causa da geração e da conservação da notícia é o próprio Deus e não a existência da coisa. Portanto, ainda que quanto à causação do juízo seja possível de certo modo dizer que as causas seriam as mesmas que aquelas presentes num conhecimento naturalmente dado, afinal, tais causas de certo modo se confundem com a própria notícia intuitiva, por outro lado, quanto à geração da notícia, o esquema causal seria exatamente o mesmo daquele pertinente ao conhecimento de um não existente.

⁴⁹ Cf. Ockham 1967, p. 37, lin. 8 s., *Ord. Prol.* q. 1: “Deus pode causar totalmente pelo mesmo cada uma das notícias, e não é requerido que a coisa mova quanto à própria existência e objetivamente ...” – “Deus per idem totaliter potest causare utramque notitiam, nec requiritur quod res moveat in propria existentia et obiective ...”.

⁵⁰ Cf. Ockham 1967, p. 37, lin. 11 ss., *Ord. Prol.* q. 1: “a relação real, segundo eles, não pode ser aquilo que tem como termo o não-ente, mas o não-ente pode ser o objeto da notícia intuitiva...” – “relatio realis, secundum istos, non potest terminari ad non-ens, obiectum autem notitiae intuitivae potest esse non-ens...”. Veja-se, também, o texto e o comentário em torno de *infra*, nota 56.

presenta *perfeitamente* o objeto cognoscível sob a noção própria e por si”, que é aquilo que serve de termo para a notícia.⁵¹

A essas conclusões, parece ainda pertinente acrescentar uma outra, pertencente ao primeiro corolário desse texto e não diretamente ligada à discussão com Duns Escoto, a saber:

“a coisa não existente pode ser conhecida intuitivamente por mais que o primeiro objeto desse ato não exista [...], porque a visão sensitiva da cor pode ser conservada por Deus a própria cor não existindo e, no entanto, *essa visão tem como termo a cor como primeiro objeto* e, pela mesma razão, a visão intelectual.” [Ockham 1967, p. 39, lin. 11-16, *Ord. Prol.*, q. 1. Grifo nosso.]⁵².

Em que sentido a visão de uma cor não existente pode ter como termo a própria cor no papel de objeto primeiro da visão?

Em seus *Quodlibeta*, Ockham afirma claramente que a notícia intuitiva é causa *parcial* do juízo tanto quando a coisa existe como quando a coisa não existe:

“... embora seja inconveniente que a mesma notícia seja causa *total* de um juízo e do juízo contrário a respeito do mesmo afetado, no entanto, não é inconveniente que seja causa *parcial* de um juízo quando a coisa existe e, semelhantemente, *causa parcial do juízo contrário* quando a coisa não existe: e é assim no proposto.”

⁵¹ Cf. Ockham 1967, p. 34, lin. 19-p. 35, lin. 1; p. 38, lin. 1 s., *Ord. Prol.* q. 1: “Nem [sc. diferem] porque na notícia intuitiva o objeto está presente na própria existência; na notícia abstrativa, o objeto está presente em algo que o representa perfeitamente sob a noção própria e por si do cognoscível ... porque não é requerido para a notícia intuitiva que a coisa esteja presente quanto à própria existência” – “Nec, quinto, quia in notitia intuitiva obiectum est praesens in propria existentia; in notitia abstractiva obiectum est praesens in aliquo perfecte repraesentante ipsum sub propria et per se ratione cognoscibilis... ad notitiam intuitivam non requiritur quod res sit praesens in propria existentia ...”.

⁵² “Patet etiam quod res non existens potest cognosci intuitive, quantumcumque primum obiectum illius actus non existat, - contra opinionem aliquorum, - quia visio coloris sensitiva potest conservari a Deo ipso colore non existente; et tamen ista visio terminatur ad colorem tamquam ad primum obiectum, et eadem ratione visio intellectiva.”

[Ockham 1980, p. 496, lin. 23-24, *Quod*. V, q. 5. Os grifos são nossos.]⁵³.

Portanto, quando a coisa existe e está presente, ou melhor, quando a notícia intuitiva é causada naturalmente, a causa parcial do juízo com a notícia intuitiva é a própria coisa *enquanto existente*⁵⁴. No entanto, quando a notícia intuitiva for causada sobrenaturalmente, a causa parcial do juízo, no lugar da coisa, é Deus. *Mas apenas em certo sentido*.

Quando Deus causa ou conserva uma notícia intuitiva qualquer, ele produz por si mesmo o efeito que, naturalmente, seria produzido pela *existência* da coisa, isto é, (o que, na teoria de Ockham, dá no mesmo) o efeito que, naturalmente, seria produzido pela coisa *enquanto existente (e presente)* – é isso que reclama o princípio segundo o qual Deus pode fazer imediatamente por si tudo o que faz por meio de causas segundas (= conclusão 1). Aquilo que é conhecido, no entanto, não é o próprio Deus, mas a coisa: Deus apenas causa por si um efeito que seria naturalmente causado pela própria coisa, ou, mais precisamente, pela *existência (e pela presença)* da coisa (= conclusão 3). Com isso vemos estabelecida a diferença entre aquilo que *move* a notícia e aquilo que *termina* a notícia. Isso implica dizer que, quando causa a notícia, Deus causa uma notícia que tem como termo não a si mesmo, mas a própria coisa, pois tem como termo “algo que representa *perfeitamente* o objeto cognoscível sob a noção pró-

⁵³ “... licet sit inconveniens quod eadem notitia sit causa totalis unius iudicii et iudicii contrarii respectu eiusdem passii, tamen non est inconveniens quod sit causa partialis unius iudicii quando res existit, et similiter causa partialis iudicii contrarii quando res non existit; et sic est in proposito.”.

⁵⁴ Ou melhor, a própria existência da coisa. É interessante notar que Ockham afirma em várias passagens que o que causa naturalmente a cognição intuitiva é antes a existência da coisa que a própria coisa: “o efeito real nem pode ser conservado nem produzido do não ser para o ser a partir daquilo que nada é, e, conseqüentemente, falando quanto ao que é natural, requer o existir tanto como causa produtora quanto como causa conservante” - “effectus realis nec potest conservari nec produci de non esse ad esse ab illo quod nihil est, et per consequens naturaliter loquendo requirit tam causam producentem quam conservantem existere.”; “... e, assim, dado que a existência da coisa seja a causa parcial daquele assentimento evidente, é impossível que ele seja naturalmente causado sem a existência da coisa.” - “... et ita cum existentia rei sit causa partialis illius assensus evidentes, impossibile est quod causetur naturaliter sine existentia rei.” (Ockham 1980, p. 606, lin. 49-51; p. 498, lin. 82-84, *Quodl.* VI, q. 6; V, q. 5).

pria e por si” (= conclusões 5 e corolário), portanto, representa o objeto como existente quando existente ou como não existente quando não existente⁵⁵.

De modo semelhante, quando Deus mantém a notícia, a mantém enquanto faz por si aquilo que naturalmente seria feito pela existência da coisa, que, se for existente, será significada pela notícia com essa sua qualidade, se não for existente, assim será significada por ela. Essa é, propriamente, a *virtus* (“força”) da notícia intuitiva, que vimos acima ser chamada por Gabriel Biel de sua propriedade, ação ou operação natural: o manter ao menos uma relação mensurável e de dependência com aquilo que conhece (= conclusão 4). Afinal, o que Ockham parece rejeitar de fato da conclusão 4 é que a notícia intuitiva *sempre* tenha uma relação *real* e *atual* com o objeto, uma vez que defende que ela pode ter como objeto o *não-ente*. Ora, a razão pela qual Duns Escoto põe a relação real como uma característica da notícia intuitiva e a potencial como característica da abstrativa é a de que, segundo ele, a primeira somente se dá a respeito do que é existente e presente, a segunda não. Sendo assim, parece razoável dizer que, para Ockham, quando a notícia intuitiva é *naturalmente* causada, ela mantém tal relação atual, dado que apenas pode ser naturalmente causada pelo presente e existente. Mas quando ela é *sobrenaturalmente* causada, ainda que diga respeito a algo de fato existente, não. Essa relação mensurável e de dependência permite que entendamos a notícia intuitiva como se a *semelhança* daquilo que é conhecido. Ao menos essa parece ser a caracterização que Duns Escoto defendia no texto mencionado por Ockham *apenas* – pelas razões que acabamos de apontar – para a cognição abstrativa:

⁵⁵ Aparentemente, o mesmo será afirmado, depois, por Gregório de Rimini. Davis 1981, p. 339. p. 340, nota 46, parafraseando o texto de Rimini, escreve: “Still he (sc. Rimini) will admit with Ockham an intuition of a non-existent object. Since knowledge is an entity distinct in time and place from its object, through God’s absolute power, not it should be noted according to His ordered power, God could cause or conserve in the knower knowledge of a non-existent object. For He can do without secondary causes what He can do with them. *But God cannot himself take the place of the object*, though He *effects or conserves* knowledge of it. [...] Sed ex hoc non sequitur quod possit visionem causare sine objecto. Nam objectum requiritur non solum ad causandum visionem sed etiam ad terminandum.] ...”. Grifos nossos. – Uma discussão mais atual sobre essa passagem (Rimini 1981, p. 333, lin. 1-16, *Lect. I*, d. 3, q. 1) pode ser encontrada em Bermon 2007, p. 124. Assim, as conclusões 5 e 6, supramencionadas, trazem a distinção entre aquilo que move a notícia, ou seja, sua causa, e aquilo que termina a notícia, ou seja, aquilo de que há notícia, distinção facilmente encontrada em debates sobre esse tema. Por exemplo, Mayronnes 1994-1997, p. 26, n. 40, lin. 153-165, *De notitia intuitiva*, art. 2. Que a notícia intuitiva do não existente seja movida por Deus e terminada pela coisa não existente, vê-se também, por exemplo, em Herveo Natalis 1983, p. 424-427, *HNQuodl. IV*, q. 11, art. 3, “Secunda conclusio”.

“A cognição abstrativa tem a relação real potencial e aptitudinal, isto é, mensurável com o objeto, mesmo que não existente. Prova-se isso: porque aquilo que tem relação atual com o termo existente e, no que é de sua parte, sempre se vincula de modo uniforme com ele, tem relação aptitudinal com aquele termo quando não é existente; a operação é desse modo, porque é algo mensurável pelo objeto, isto é, apto por natureza em sua entidade a depender do objeto, isso por tal dependência especial como é a daquilo que é semelhança por imitação ou por participação naquilo de que é semelhança. Todos esses, no que é da parte do fundamento, estariam em ato se o termo estivesse em ato.” [Duns Escoto 1968, p. 462, *QQuodl.* q. 13, n. [13] 41]⁵⁶.

Portanto, quando Ockham diz na resposta à 7ª dúvida apresentada na 1ª questão do Prólogo da *Ordinatio* que a causa do juízo de existência é a notícia *com* a coisa, enquanto a causa do juízo de inexistência é a notícia *sem* a coisa *enquanto causa parcial*, devemos entender sua afirmação assim: a causa do juízo de existência é a notícia *com* a coisa *enquanto existente*, enquanto a causa do juízo de inexistência é a notícia *sem* a coisa *enquanto existente*, mas *com* a coisa *enquanto possível*⁵⁷. Ockham escreve:

⁵⁶ “... cognitio abstractiva habet relationem realem potentialem et aptitudinalem, scilicet mensurabilis ad obiectum, etiam non existens. Hoc probatur: Quia illud quod habet relationem actualem ad terminum existentem, et quantum est ex parte sui semper uniformiter se habet ad illum, habet relationem aptitudinalem ad illum terminum quando non est existens; operatio est huiusmodi, quia est aliquid mensurabile per obiectum, hoc est, aptum natum in entitate sua dependere ad obiectum, hoc in speciali tali dependentia qualis est eius quod est similitudo per imitationem vel participationem ad illud cuius est similitudo. Haec omnia quantum est ex parte fundamenti essent in actu, si terminus esset in actu.”

⁵⁷ Panaccio & Piché 2010, p. 101, parecem apontar nessa direção: “Since, however, this particular object is not supposed to exist in the situation, this answer seems to strongly commit him to attributing a special ontological status to mere *possibilia*: there would simply be no distinction, otherwise, between this particular non-existent object that would have caused this intuitive act in natural circumstances, and any other old non-existent thing. And it also seems to imply certain unexpected positions about causality: that in the natural order, namely, any given effect can have only one singular (though possibly complex) cause. If, in other words, *A* is a singular thing that is in fact caused by another singular thing *B* in the natural order, then *A* could not in any naturally possible world be caused by anything but *B*. Which is indeed an interesting, but pretty strong metaphysical thesis to hold...”. Brower-Toland 2017, p. 66, observa que essa posição parece implicar certa existência para esses *possibilia*. Mas esse é um pro-

“... digo que há contradição em haver a visão e em que, no entanto, aquilo que é visto *não seja efetivamente nem possa ser*. Por isso há contradição em que a quimera seja vista intuitivamente, mas não há contradição em que aquilo que é visto nada seja em ato para fora de sua causa, dado que *possa ser efetivamente ou tenha sido alguma vez na natureza das coisas*. E assim é quanto ao proposto. Donde Deus vê desde a eternidade todas as coisas factíveis e, no entanto, elas então nada eram.” [Ockham 1980, p. 606, lin. 61-p. 607, lin. 68, *Quodl.* VI, q. 6. Os grifos são nossos.]⁵⁸.

Note-se, porém, que dizer que a causa do juízo de inexistência é a notícia *sem a coisa enquanto existente*, mas *com a coisa enquanto possível* não implica dizer que, assim, a coisa seria novamente causa parcial do juízo tal como acontece quando a coisa existe. Como vimos, existente, a coisa é causa parcial do juízo na medida em que move o intelecto causando a notícia de si, a qual, por sua vez, junto com a coisa não exatamente como movente, mas como objeto terminante, causa o juízo. Em outras palavras, a coisa é tomada como causa parcial porque, por sua existência, é o *movente* da notícia e porque, enquanto conhecida, é o objeto terminante da notícia. Por isso, dizer que a notícia com a coisa enquanto possível é a causa do juízo de inexistência não é senão dizer que a notícia do não existente mantém uma relação possível, mensurável e de dependência com a coisa da qual é notícia⁵⁹ porque a tem como seu objeto terminante. Também é dizer que, ainda nesse caso, a *notícia intuitiva* continua sendo causa *parcial* do juízo de não existência. Afinal, ainda desta vez, haveria outra causa parcial: além da própria coisa conhecida como objeto terminante

blema que nos levaria a outro estudo, que pode pôr em xeque inclusive essa leitura sobre a causalidade levantada por Panaccio & Piché: cf. Muralt 1993, p. 218-234 *especialmente*.

⁵⁸ “Ad argumentum principale dico quod contradictio est quod visio sit, et tamen quod illud quod videtur non sit in effectu nec esse possit. Ideo contradictio est quod chimaera videatur intuitive, sed non est contradictio quod illud quod videtur nihil sit in actu extra causam suam, dummodo possit esse in effectu vel aliquando fuit in rerum natura. Et sic est in proposito. Unde Deus ab aeterno vidit omnes res factibiles, et tamen tunc nihil fuerunt.”

⁵⁹ Cf. Ockham 1981, p. 261, lin. 1-5; p. 289, lin. 14-17, *Rep.* II, q. 12-13, grifo nosso: “...a intenção da criatura que é causada por Deus, seja qual for, pode ser causada *parcialmente* pela criatura mesmo que não seja causada de fato. E, por isso, é conhecido por aquela intenção aquele singular desde o qual, se fosse causada pela criatura, ela teria sido determinadamente causada...” – “... quaelibet intentio creaturae causata a Deo potest a creatura causari partialiter, licet non causetur de facto. Et ideo per illam intentionem cognoscitur illud singulare a quo determinate causaretur a creatura ...”.

da notícia, haveria o próprio Deus na medida em que, ao causar sobrenaturalmente a notícia da coisa inexistente, assume o papel de *movente* da notícia.

Não parece, portanto, que Wodeham tenha tido razão quanto ao diagnóstico que o levou à reformulação da definição tanto da notícia evidente quanto da notícia intuitiva. Não parece, enfim, que a teoria de Ockham sobre o conhecimento intuitivo seja inconsistente. Afinal, ainda que ela contenha a tese de que uma cognição intuitiva (perfeita) apenas possa causar um juízo verdadeiro sobre a existência ou a não existência com respeito a seu objeto, ela não parece, porém, conter também princípios a partir dos quais o oposto se seguiria. Não foi aqui que o aluno teria superado seu mestre.

Abreviaturas:

Coll. – Gabriel Biel, *Collectorium circa quattuor libros Sententiarum* [in Biel 1973];

HNQuodl. – Herveo Natalis, *Quodlibeti Quarti Quaestio XI* [in Natalis 1983];

Lect. – Gregório de Rimini, *Lectura super Primum Sententiarum* [in Rimini 1981];

LS – Adão de Wodeham, *Lectura Secunda in Librum Primum Sententiarum* [in Wodeham 1990];

Ord. – Guilherme de Ockham, *Scriptum in Librum Primum Sententiarum (Ordinatio)* [in Ockham 1967];

QPhys. – Guilherme de Ockham, *Quaestiones in libros Physicorum Aristotelis* [in Ockham 1984];

QQuodl. – João Duns Escoto, *Quaestiones Quodlibetales* [in Duns Escoto 1968];

Quodl. – Guilherme de Ockham, *Quodlibeta Septem* [in Ockham 1980];

Rep. – Guilherme de Ockham, *Quaestiones in Librum secundum sententiarum (Reportatio)* [in Ockham 1981];

Rep-Lect. – Walter Chatton, *Reportatio et Lectura super Sententias* [in Chatton 1989];

Rep-IIA – Francisco de Marchia, *Reportatio IIA* [in Marchia 2008];

SL – Guilherme de Ockham, *Summa Logicae* [in Ockham 1974].

Referências

Bibliografia citada:

Fontes:

ADÃO DE WODEHAM (1990). *Lectura Secunda in Librum Primum Sententiarum*. Vol. I. Prologus et Distinctio Prima. Edited by Rega Wood. Assisted by Gedeol Gál, OFM. Nova Iorque: St. Bonaventure University.

FRANCISCO DE MARCHIA (2008). *Reportatio II-A* (Quaestiones in secundum librum Sententiarum qq. 1-12). T. Suarez-Nanni, W. Duba, E. Babey, G. J. Etkorn (eds.). Leuven: Leuven UP.

FRANCISCO DE MAYRONNES (1994-1997). De notitia intuitiva. Transcrição, correções e adições de Girard J. Etzkorn. *Franciscan Studies*, Vol. 54. Franciscan Philosophy and Theology. Part II (1994-1997), p. 21-50.

GABRIEL BIEL (1973). *Collectorium circa quattuor libros Sententiarum*. Vol. I. Prologus et Liber Primus. Auspiciis H. Ruckert. Ediderunt W. Werbeck et U. Hofmann. Collaborantibus Martino Elze et Renata Steiger. Tubingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck).

GREGÓRIO DE RIMINI (1981). *Gregorii Ariminensis OESA Lectura super Primum et Secundum Sententiarum*. A. Damasus Trapp OSA, Venício Marcolino (eds.). T. 1: *Super Primum. Prologus*. Edidit Willigis Eckermann OSA collaborante Manfred Schulze. *Dist. 1-6*. Elaboraverunt Manuel Santos-Noya, Walter Simon, Wolfgang Urban. Berlin/Nova Iorque: de Gruyter.

GUILHERME DE OCKHAM (1967). *Opera theologica I. Scriptum in Librum primum sententiarum (Ordinatio)*. (Prologus et distinctio prima). Ed. G. Gál, adlaborante S. Brown. Nova Iorque: The Franciscan Institute.

_____ (1974). *Opera philosophica I. Summa Logicae*. Ed. Ph. Boehner, G. Gál, S. Brown. Nova Iorque: The Franciscan Institute.

_____ (1980). *Opera theologica IX. Quodlibeta septem*. Ed. J. C. Wey. Nova Iorque: The Franciscan Institute.

_____ (1981). *Opera theologica V. Quaestiones in Librum secundum sententiarum (Reportatio)*. Ed. G. Gál et R. Wood. Nova Iorque: The Franciscan Institute.

_____ (1984). *Opera Philosophica VI. Brevis Summa Libri Physicorum, Summula Philosophiae Naturalis et Quaestiones in Libros Physicorum Aristotelis*. Ed. Stephanus Brown. Nova Iorque: The Franciscan Institute.

HERVEO NATALIS (1983). Quodlibeti Quarti Quaestio XI: “Utrum cognitio intuitiva requirat necessario presentiam rei cognitae?”. Transcrição, emendas do texto latino e tradução inglesa de R. G. Wengert. In: WENGERT, R. G. (1983). Three Senses of Intuitive Cognition: A Quodlibetal Question of Harvey of Nedellec. *Franciscan Studies*, vol. 43, p. 416-431.

JOÃO DUNS ESCOTO (1968). *Cuestiones Cuodlibetales*. Edición Bilingüe. Introducción, Resúmenes y versión de Felix Alluntis, O.F.M. Madri: BAC. [O texto latino reproduzido é o da edição de Wadding].

WALTER CHATTON (1989). *Reportatio et Lectura super Sententias* : Collatio ad Librum Primum et Prologus. Edited by Joseph C. Wey. Toronto: PIMS.

Estudos:

ADAMS, M. Mc. (1970). Intuitive Cognition, Certainty, and Scepticism in William Ockham. *Traditio*, Vol. 26, p. 389-398.

BERMON, P. (2007). *L'assentiment et son objet chez Gregoire de Rimini*. Paris: Vrin.

- BOEHNER, P. (1942). The Text Tradition of Ockham's *Ordinatio*. *The New Scholasticism. A Quarterly Review of Philosophy*, vol. XVI, July, Number 3, 203-241.
- _____ (1943). The Notitia Intuitiva of Non-Existents according to William Ockham. With a Critical Study of the Text of Ockham's Reportatio and a Revised Edition of Rep. II, q. 14-15. *Traditio*, 1, 223-275.
- _____ (1945). IN PROPRIA CAUSA : A Reply to Professor Pegis' "Concerning William of Ockham" (*Traditio*, II [1944], 465-480). *Franciscan Studies*, New Series, Vol. 5, n° 1 (march 1945), p. 37-54.
- _____ (1948). "Notitia Intuitiva" of non existents according to Peter Aureoli, O.F.M. (1322). *Franciscan Studies*, December, vol. 08, n. 4, 388-416.
- BROWER-TOLAND, S. (2017). Causation and Mental Content: Against the Externalist Reading of Ockham. In: PELLETIER, J.; ROQUES, M. (eds.), (2017). *The Language of Thought in Late Medieval Philosophy*. Essays in Honor of Claude Panaccio. Cham: Springer.
- DAVIS, L. D. (1975). The Intuitive Knowledge of Non-Existents and the Problem of Late Medieval Skepticism. *The New Scholasticism. A Quarterly Review of Philosophy*, vol. XLIX, Issue 4, Autumn, p. 410-430.
- _____ (1981). Knowledge According to Gregory of Rimini. *The New Scholasticism. A Quarterly Review of Philosophy*, vol. LV, Issue 3, Summer, p. 331-347.
- DAY, J. (1947). *Intuitive Cognition. A Key to the Significance of the Later Scholastics*. Nova Iorque: The Franciscan Institute.
- GILSON, E. (1950). The road to skepticism. In: GILSON, E. (1950). *The Unity of Philosophical Experience*. New York: Charles Scribner's Sons, p. 61-91. O livro foi publicado originalmente em 1937.
- _____ (1955). *History of Christian Philosophy in the Middle Ages*. New York: Random House.
- GUELLUY, R. (1947). *Philosophie et théologie chez Guillaume d'Ockham*. Louvain, Nauwelaerts / Paris : Vrin.
- GUERIZOLI, R. (2013). Guilherme de Ockham e os poderes causais das cognições intuitivas. *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 181-198.
- KARGER, E. (1999). Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition. In: Spade, 1999, p. 204-226.
- _____ (2004). Ockham and Wodeham on Divine Deception as a Skeptical Hypothesis. *Vivarium*, vol. 42, n° 2, p. 225-236.
- MURALT, A. DE (1993). La métaphysique occamiennne de l'idée. In: *idem* (1993). *L'enjeu de la philosophie médiévale*. Études thomistes, scotistes, occamiennes et

grégoriennes. Leiden : Brill, p 169-255. Artigo originalmente publicado em 1983.

PANACCIO, C. & PICHE, D. (2010). Ockham's Reliabilism and the Intuition of Non-Existents. In: LAGERLUND, H. (ed.) (2010). *Rethinking the History of Skepticism*. The missing Medieval Background. Leiden, Boston: Brill, p. 98-118.

PEGIS, A. C. (1944). Concerning William of Ockham. *Traditio*, vol. 2, p. 465-480.

_____ (1948). Some Recent interpretations of Ockham. *Speculum*, vol. 23, n. 3, July 1948, p. 452-463.

PERINI-SANTOS, E. (2005). Existe uma Resposta ockhamiana (ou não ockhamiana) ao Ceticismo? *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, Série 3, v. 15, n. 2, jul.-dez., p. 435-455.

_____ (2006). *La théorie ockhamienne de la connaissance évidente*. Paris: Vrin.

SCHIERBAUM, S. (2016a). Between the Supernatural and the Natural: Ockham on Evident Judgements. *Topoi*. An international Review of Philosophy. Springer. (Published online: 24 December 2016). <https://doi.org/10.1007/s11245-016-9445-5>.

_____ (2016b). Chatton's Critique of Ockham's Conception of Intuitive Cognition. In: RODE, C. (ed.) (2016). *A Companion to the Responses to Ockham*. Leiden: Brill, p. 15-46.

SPADE, P. V. (ed.) (1999). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: UP.